



JORNAL OFICIAL

II SÉRIE – NÚMERO 111
SEGUNDA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2009

ÍNDICE:

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Despachos

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Direcção Regional da Organização e Administração Pública

Página 3289

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL

Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>

Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt



SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA

Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A.

SECRETARIA REGIONAL DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL

Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social

Direcção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor

SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE

Despacho

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E FLORESTAS

Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A.

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Despachos

Direcção Regional da Energia

Direcção Regional do Ambiente

SUBSECRETÁRIO REGIONAL DAS PESCAS

Portarias

**ADELIAÇOR – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE ILHAS
DOS AÇORES**

Alteração de estatutos

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL****Despacho n.º 657/2009 de 15 de Junho de 2009**

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, aplicável à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2005/A, de 9 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2006/A, de 6 de Janeiro, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2008/A, de 31 de Março, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia deve ser efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e de aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao cargo a exercer;

Considerando que foram cumpridos os procedimentos de selecção, determinados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da aludida Lei, para o provimento do cargo de Chefe de Divisão do Património Arquitectónico, da Direcção Regional da Cultura, cujo Aviso de Abertura foi publicitado na BEP-Açores a 20 de Fevereiro de 2009;

Considerando a concordância com a proposta do júri do concurso, de cuja fundamentação, constante da respectiva Acta, se conclui que o funcionário possui a necessária experiência, a aptidão e a motivação necessárias ao competente exercício do cargo a prover, preenchendo, assim, os requisitos legais e correspondendo ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos constantes do artigo 12.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2006/A, de 10 de Janeiro, que determina a área de actuação da Divisão do Património Arquitectónico;

Assim, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, do n.º 1 do artigo 1.º, do n.º 2 do artigo 2.º e dos artigos 4.º e 5.º, todos do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2005/A, de 9 de Maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2006/A, de 6 de Janeiro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2008/A, de 31 de Março determino o seguinte:

1 - Nomeio Chefe de Divisão do Património Arquitectónico, da Direcção Regional da Cultura, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a licenciada em Arquitectura, Sofia Tenreiro Ataíde da Costa Gomes, Técnica Superior da Divisão de Salvaguarda do Património Arquitectónico e Arqueológico, da Câmara Municipal de Chaves.

2 - A presente nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.



3 de Junho de 2009. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**Despacho n.º 658/2009 de 15 de Junho de 2009**

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, aplicável à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2005/A, de 9 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2006/A, de 6 de Janeiro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2008/A, de 31 de Março, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia deve ser efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e de aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao cargo a exercer;

Considerando que foram cumpridos os procedimentos de selecção, determinados nos n.º s 1 e 2 do artigo 21.º da aludida Lei, para o provimento do cargo de Director de Serviços dos Bens Patrimoniais e de Acção Cultural, da Direcção Regional da Cultura, cujo Aviso de Abertura foi publicitado na BEP-Açores a 20 de Fevereiro de 2009;

Considerando a concordância com a proposta do júri do concurso, de cuja fundamentação, constante da respectiva Acta, se conclui que o funcionário possui a necessária experiência, a aptidão e a motivação necessárias ao competente exercício do cargo a prover, preenchendo, assim, os requisitos legais e correspondendo ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos constantes do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2006/A, de 10 de Janeiro, que determina a área de actuação da Direcção de Serviços dos Bens Patrimoniais e de Acção Cultural;

Assim, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, do n.º 1 do artigo 1.º, do n.º 2 do artigo 2.º e dos artigos 4.º e 5.º, todos do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2005/A, de 9 de Maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2006/A, de 6 de Janeiro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2008/A, de 31 de Março determino o seguinte:

1 - Nomeio Director de Serviços dos Bens Patrimoniais e de Acção Cultural, da Direcção Regional da Cultura, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o Engenheiro Técnico, Paulo Alexandre Vilela Martins Raimundo, Técnico Superior do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

2 - A presente nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

**JORNAL OFICIAL**

3 de Junho de 2009. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**Despacho n.º 659/2009 de 15 de Junho de 2009**

Considerando que pela Resolução n.º 21/99, de 18 de Fevereiro, foi estabelecido um mecanismo de apoio financeiro para a reconstrução das Igrejas e outras estruturas pastorais das ilhas do Faial e Pico que foram afectadas pelo sismo de 1998;

Considerando que na sequência daquela Resolução, foi disponibilizada, durante os anos de 1999 e 2001, a quantia de € 3.229.115,00 para que a Diocese de Angra do Heroísmo iniciasse o processo de reconstrução;

Considerando que, na sequência do processo de reconstrução se veio a verificar que o investimento necessário era várias vezes superior à estimativa inicial, tornando necessário recorrer a um mecanismo de financiamento a médio prazo que permitisse a conclusão das obras tendo, para o efeito, sido celebrado um contrato-programa com a Diocese, o qual foi posteriormente alterado pela Resolução n.º 151/2002, de 2 de Novembro;

Considerando os pagamentos de curto prazo a efectuar pelas paróquias relativos a encargos com os empréstimos bancários e respectivos juros, contraídos para fazer face aos pagamentos do custo das obras de reconstrução das Igrejas afectadas pelo sismo, de acordo com informação da Direcção Regional da Cultura;

Considerando que a presente despesa se encontra inscrita no Capítulo 40 – Despesas do Plano, no Programa 4 – Património e Actividades Culturais, Projecto 4.4 – Sismo/Cultura, Alínea A – Sismo – Execução do Protocolo com a Diocese de Angra do Heroísmo, do Orçamento da Região para 2008, e no Capítulo 40 – Despesas do Plano, no Programa 4 – Património e Actividades Culturais, Projecto 4.2, Acção 4.2.21 - Execução do Protocolo com a Diocese de Angra do Heroísmo, do Orçamento da Região para 2009;

Assim, no uso das competências conferidas pelas alíneas *a)*, *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo do disposto no n.º 1 e na alínea *e)* do n.º 6 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2008/A, de 31 de Dezembro, na alínea *d)* do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2007/A, de 27 de Dezembro, e na alínea *c)* do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/A, de 28 de Janeiro, mantidos em vigor por força do disposto no n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, e nos termos da Resolução n.º 133/2002, de 8 de Agosto, determino o seguinte:

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL

Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt

**JORNAL OFICIAL**

1 - Autorizar o processamento e a transferência da verba de € 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil euros) para a Diocese de Angra do Heroísmo, tendo em vista compartilhar os encargos com os trabalhos e acções inerentes à completa reabilitação das “Igrejas e Estruturas Pastorais do Faial e Pico afectadas pelo Sismo de 9 de Julho de 1998”.

2 - O presente despacho produz efeitos imediatos.

3 de Junho de 2009. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**Despacho n.º 660/2009 de 15 de Junho de 2009**

Considerando os objectivos do Governo Regional de prosseguir as intervenções que visam o desenvolvimento social e cultural da Região;

Considerando que se encontram concluídos os procedimentos necessários para que se proceda ao lançamento do concurso público com vista à adjudicação da empreitada da “Valorização Urbanística e Paisagista da Área Envolvente do Museu da Indústria Baleeira de São Roque do Pico”;

Considerando que a despesa prevista tem enquadramento orçamental nas Orientações de Médio Prazo para o ano de 2009 e 2010;

Considerando que importa flexibilizar e imprimir celeridade aos mecanismos de decisão dos procedimentos concursais para adjudicação de bens e serviços e, conseqüentemente, as competências que, em função da matéria, se mostrem adequadas para o efeito;

Assim, no uso das competências conferidas pelas alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e ao abrigo do disposto na alínea *e)* do n.º 6 do artigo 5.º e do n.º 1 do artigo 17.º, ambos do Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2008/A, de 31 de Dezembro, em conjugação com a alínea *d)* do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2007/A, de 27 de Dezembro e da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/A, de 28 de Janeiro, em vigor por força do disposto no n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, e de acordo com o preceituado na alínea *b)* do artigo 19.º, n.º 1 do artigo 36.º, artigos 38.º e 43.º, n.º 1 do artigo 47.º e n.º 1 do artigo 67.º, todos do Código dos Contratos Públicos, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, decido o seguinte:

1 - Autorizar a abertura do concurso público com vista à adjudicação da empreitada de “Valorização Urbanística e Paisagista da Área Envolvente do Museu da Indústria Baleeira de

**JORNAL OFICIAL**

São Roque do Pico”, pelo preço base de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

2 - Delegar competências na Directora Regional da Cultura para aprovar os elementos que servem de base ao concurso, nomear o júri do concurso, bem como para praticar todos os actos subsequentes atinentes a este procedimento que, nos termos da lei, sejam cometidos à entidade adjudicante, com excepção da adjudicação.

3 - O presente despacho produz efeitos imediatos.

4 de Junho de 2009. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

D.R. DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Extracto de Portaria n.º 168/2009 de 15 de Junho de 2009**

Pela Portaria de 03 de Junho, do Director Regional de Organização e Administração Pública, no uso de competências delegadas pelo Despacho Vice-Presidente do Governo, é atribuída ao Banco Internacional do Funchal a quantia de 2.777,76€, destinada ao pagamento da bonificação de juros dos seguintes empréstimos municipais:

- 90.636,57€, contraído pelo município da Lagoa, em 20 de Maio de 1999, para a obra de Substituição de pavimentos na freguesia do Cabouco - bonificação de juros no valor de 645,25€, nos termos da Resolução do Governo Regional n.º 16/99, de 11 de Fevereiro.

- 187.039,24€, contraído pelo município de Angra do Heroísmo, em 18 de Maio de 2000, para a obra da Estação elevatória do Cais da Alfândega – destino final das águas residuais de Angra do Heroísmo - bonificação de juros no valor de 423,72€, nos termos da Resolução do Governo Regional n.º 140/99, de 30 de Setembro.

- 80.914,99€, contraído pelo município de Angra do Heroísmo, em 18 de Maio de 2000, para a obra do Aterro Sanitário Intermunicipal da Terceira – Aquisição de equipamento de deposição e recolha de resíduos sólidos - bonificação de juros no valor de 183,30€, nos termos da Resolução do Governo Regional n.º 140/99, de 30 de Setembro.

- 52.381,26€, contraído pelo município de São Roque do Pico, em 15 de Novembro de 2000, para a obra Reabilitação de onze caminhos do concelho de São Roque do Pico - bonificação de juros no valor de 189,83€, nos termos da Resolução do Governo Regional n.º 94/2000, de 25 de Maio.

- 58.323,00€, contraído pelo município de São Roque do Pico, em 27 de Novembro de 2002, para a obra Requalificação das Ruas da Igreja, Barrela, Alves, Vendas e do Cemitério – bonificação de juros no valor de 462,79€, nos termos da Resolução do Governo Regional n.º 124/2002, de 12 de Agosto.

**JORNAL OFICIAL**

- 62.479,42€, contraído pelo município da Madalena, em 12 de Maio de 2000, para a obra de Abastecimento de água ao concelho da Madalena – 3.^a fase/2.^a parte - bonificação de juros no valor de 113,23€, nos termos da Resolução do Governo Regional n.º 241/98, de 10 de Dezembro.

- 80.116,92€, contraído pelo município da Madalena, em 12 de Maio de 2000, para a obra de Abastecimento de água ao concelho da Madalena – 3.^a fase/2.^a parte - bonificação de juros no valor de 145,19€, nos termos da Resolução do Governo Regional n.º 241/98, de 10 de Dezembro.

- 180.814,24€, contraído pelo município da Madalena, em 18 de Novembro de 2000, para a obra de Abertura de novos arruamentos municipais – 1.^a fase - bonificação de juros no valor de 614,45€, nos termos da Resolução do Governo Regional n.º 149/99, de 30 de Setembro.

Rubrica orçamental:

- Capítulo 40 – Despesas do Plano – Programa 21 – Administração Pública, Planeamento e Finanças – Subdivisão 04.B – Cooperação Financeira com os Municípios - Código 04.05.02-YB - Transferências Correntes - Administração Local - Região Autónoma dos Açores - Municípios.

03 de Junho de 2009. - A Directora de Serviços de Modernização e Gestão Financeira, *Ana Margarida Teixeira Laranjeira*.

D.R. DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Extracto de Portaria n.º 169/2009 de 15 de Junho de 2009**

Pela Portaria de 04 de Junho, do Director Regional de Organização e Administração Pública, no uso de competências delegadas pelo Despacho Vice-Presidente do Governo, é atribuída à Caixa Geral de Depósitos a quantia de 3.197,33€, destinada ao pagamento de bonificações de juros do empréstimo abaixo indicado:

- Empréstimo de 436.961,92€ contraído pelo município de Praia da Vitória, em 27 de Novembro de 2001, para a obra de tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos da Ilha Terceira - bonificação de juros no valor de 3.197,33€, nos termos da Resolução do Governo Regional n.º 110/2001, de 2 de Agosto.

Rubrica orçamental:

- Capítulo 40 – Despesas do Plano – Programa 21 – Administração Pública, Planeamento e Finanças – Subdivisão 04.B – Cooperação Financeira com os Municípios - Código 04.05.02-YB - Transferências Correntes - Administração Local - Região Autónoma dos Açores - Municípios.

04 de Junho de 2009. - A Directora de Serviços de Modernização e Gestão Financeira, *Ana Margarida Teixeira Laranjeira*.



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SÃO MIGUEL E SANTA MARIA

Aviso n.º 150/2009 de 15 de Junho de 2009

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Designação da entidade adjudicante: Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A.

Serviço/Órgão/Pessoa de contacto: José Manuel Pacheco Rego Costa

Endereço: Rua Teófilo Braga, n.º 1

Código postal: 9500 247

Localidade: Ponta Delgada

Telefone: 00351 296285221

Fax: 00351 296283390

Endereço Electrónico: apsm@apsm.pt

2 - OBJECTO DO CONTRATO: Concessão de Exploração de um Espaço Destinado à Construção de um Quiosque na Marina Pêro de Teive na Cidade de Ponta Delgada.

Tipo de Contrato: Aquisição de Serviços

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objecto principal

Vocabulário principal: 55000000

3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico: Não

É utilizado um leilão electrónico: Não

É adoptada uma fase de negociação: Não

4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES: Não



6 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Ponta Delgada

7 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Restantes contratos

Prazo contratual de 18 meses a contar da celebração do contrato

9 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados: Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A

Endereço desse serviço: Rua Teófilo Braga, n.º 1

Código postal: 9500-247

Localidade: Ponta Delgada

Endereço Electrónico: apsm@apsm.pt

9.2 - Meio electrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas

Plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante: Não aplicável.

Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso: 50 €

10 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS OU DAS VERSÕES INICIAIS DAS PROPOSTAS SEMPRE QUE SE TRATE DE UM SISTEMA DE AQUISIÇÃO DINÂMICO

Até às 17:00 do 15.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

11 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPECTIVAS PROPOSTAS

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

**JORNAL OFICIAL****12 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

Proposta economicamente mais vantajosa

Factores e eventuais subfactores acompanhados dos respectivos coeficientes de ponderação: Proposta financeira mais vantajosa de redução na participação da APSM na construção de cada quiosque, ou ainda, em caso de redução total, uma contrapartida financeira para a concedente.

13 - DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO: Não**14 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

Designação: Conselho de Administração da Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A

Endereço: Rua Teófilo Braga, n.º 1

Localidade: Ponta Delgada

Código postal: 9500 247

Endereço Electrónico: apasm@apasm.pt

15 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO *DIÁRIO DA REPÚBLICA*

Preenchimento automático pela INCM aquando do pagamento.

16 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA: Não**18 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO**

Nome: José Manuel Pacheco Rego Costa

Cargo: Presidente do Conselho de Administração

D.R. DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Acordo n.º 93/2009 de 15 de Junho de 2009

Entre a Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social e Associação de Apoio à Mulher e Jovens em Risco – NOVODIA, é celebrado o presente acordo de cooperação – apoio

**JORNAL OFICIAL**

eventual, conforme o estipulado no artigo 37.º do Despacho Normativo, n.º 70/99, de 1 de Abril, nos termos e cláusulas seguintes:

Cláusula I

Obrigações da Associação de Apoio à Mulher e Jovens em Risco – NOVODIA

Proceder ao pagamento das despesas com os projectos a desenvolver no âmbito do CIPA.

Executar o pagamento até fins do mês de Novembro de 2009;

Remeter à DRSSS cópia dos documentos comprovativos da despesa realizada.

Cláusula II

Consulta da situação contributiva perante a Segurança Social

A Associação de Apoio à Mulher e Jovens em Risco – NOVODIA autoriza a Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social a consultar a informação sobre a situação contributiva perante a Segurança Social, para efeitos de pagamento da verba prevista neste acordo.

Cláusula III

Obrigações da Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social:

A Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social compromete-se a processar, através do Centro de Gestão Financeira da Segurança Social, a partir da data da assinatura do presente protocolo, um subsídio reembolsável de 4.400,00€ (quatro mil e quatrocentos euros) destinado a suportar os custos atrás referidos.

Cláusula IV

Resolução do acordo

Qualquer das partes contratantes pode resolver o acordo perante o incumprimento das suas cláusulas.

Caso o incumprimento seja da responsabilidade da Associação de Apoio à Mulher e Jovens em Risco – NOVODIA, a Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social tem direito ao reembolso da verba comparticipada.

5 de Maio de 2009. - A Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, *Isabel Berbereia*. - A Presidente da Direcção da Associação de Apoio à Mulher e Jovens em Risco – NOVODIA, *Maria João Correia*.

**JORNAL OFICIAL****D.R. DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL****Acordo n.º 94/2009 de 15 de Junho de 2009**

Entre a Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social, adiante designada por DRSSS, e a Casa do Povo de Altares, é celebrado o presente acordo de cooperação – apoio eventual, conforme o estipulado no artigo 37.º do Despacho Normativo, n.º 70/99, de 1 de Abril, nos termos e cláusulas seguintes:

Cláusula I

Obrigações da Casa do Povo de Altares:

- 1 - Proceder ao pagamento das despesas efectuadas com as obras de manutenção do edifício da Casa do Povo.
- 2 - Executar o referido pagamento até fins do mês de Outubro de 2009.
- 3 - Remeter à DRSSS cópia dos documentos comprovativos da despesa realizada.

Cláusula II

Consulta da situação contributiva perante a Segurança Social

A Casa do Povo de Altares autoriza a Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social a consultar a informação sobre a situação contributiva perante a Segurança Social, para efeitos de pagamento da verba prevista neste acordo.

Cláusula III

Obrigações da Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social

A Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social compromete-se a processar, através do Centro de Gestão Financeira da Segurança Social, a partir da data da assinatura do presente protocolo, e após a recepção dos documentos comprovativos de despesa, um subsídio no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros) destinado a suportar os custos atrás referidos.

Cláusula IV

Resolução do acordo

Qualquer das partes contratantes pode resolver o acordo perante o incumprimento das suas cláusulas. Caso o incumprimento seja da responsabilidade da Casa do Povo de Altares, a Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social tem direito ao reembolso da verba comparticipada.

**JORNAL OFICIAL**

14 de Maio de 2009. - A Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, *Isabel Berbereia*. - O Presidente da Direcção da Casa do Povo de Altares, *José Carlos Pontes dos Santos*.

D.R. DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DO CONSUMIDOR**Convenção Colectiva de Trabalho n.º 19/2009 de 15 de Junho de 2009**

CCT entre a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e o SINDESCOM – Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo, Serviços e Correlativos dos Açores – Revisão Global.

CAPÍTULO I**Área, âmbito, vigência e denúncia****Cláusula 1.ª****Área e âmbito**

1 - O presente contrato colectivo de trabalho – adiante designado apenas por contrato – obriga, por um lado as empresas, qualquer que seja o seu regime de gestão ou forma jurídica, que estejam inscritas na Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (Associação Empresarial das Ilhas de São Miguel e Santa Maria) e, por outro lado, os trabalhadores filiados do SINDESCOM – Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo, Serviços e Correlativos da Região Autónoma dos Açores - adiante designado apenas por Sindicato - enquanto ao serviço daquelas.

2 - Serão abrangidos pelo presente Contrato Colectivo de Trabalho, 584 trabalhadores e 864 empregadores.

Cláusula 2.ª**Vigência e denúncia**

1 - O contrato entra em vigor a partir da data da sua publicação no *Jornal Oficial* da Região Autónoma dos Açores.

2 - Todo o contrato incluindo as tabelas salariais vigoram pelo período de um ano.

3 - A denúncia pode ser feita, por qualquer das partes, com a antecedência de, pelo menos, três meses em relação ao termo dos prazos de vigência e deve ser acompanhada de proposta de alteração.

**JORNAL OFICIAL**

4 - No caso de não haver denúncia, a vigência da convenção será prorrogada automaticamente por períodos de um ano até ser denunciada por qualquer das partes.

5 - No caso da não conclusão da negociação no período referido no número anterior mantém-se em vigor a convenção, enquanto não for revogada no todo ou em parte por outra convenção.

6 - O processo negocia! inicia-se com a apresentação de proposta fundamentada devendo a entidade destinatária responder até quarenta e cinco dias após a data da sua recepção.

7 - A falta de resposta ou contraproposta, nos termos dos números anteriores, legitima a entidade proponente a requerer a conciliação.

CAPÍTULO II**Liberdade do exercício do direito sindical**Cláusula 3.^a**Princípios gerais**

1 - Os trabalhadores e os Sindicatos têm direito de organizar e desenvolver livremente a actividade sindical dentro da empresa.

2 - À entidade patronal é vedada qualquer interferência na actividade sindical dos trabalhadores ao seu serviço, nomeadamente não podendo recusar-se a dispensar os mesmos sempre que o Sindicato o solicite, dentro dos condicionalismos legais.

Cláusula 4.^a**Garantias dos trabalhadores com funções sindicais**

1 - Os dirigentes Sindicais dispõem de um crédito mínimo mensal para o exercício das suas funções de cinco dias de trabalho.

2 - Para o exercício das suas funções sindicais disporão os delegados de um crédito mensal de 5 horas.

3 - As faltas previstas nos números anteriores não determinam perda de remuneração ou qualquer outra regalia e contam para todos os efeitos como tempo de serviço efectivo.

Cláusula 5.^a**Condições para o exercício do direito sindical**

A entidade patronal é obrigada a:

a) Nas empresas com cento e cinquenta ou mais trabalhadores, pôr à disposição dos delegados sindicais, desde que estes o requeiram, e a título permanente, um local situado

**JORNAL OFICIAL**

no interior da empresa, ou na sua proximidade, e que seja apropriado ao exercício das suas funções;

b) Nas empresas com menos de cento e cinquenta trabalhadores, pôr à disposição dos delegados sindicais, sempre que estes o requeiram, um local apropriado para o exercício das suas funções;

c) Reconhecer o direito dos corpos gerentes do Sindicato, por si ou por associados, de poderem fiscalizar dentro da empresa a execução do presente contrato.

Cláusula 6.^a

Protecção especial dos representantes dos trabalhadores

1 - Os trabalhadores eleitos para as estruturas de representação colectiva não podem ser transferidos de local de trabalho sem o seu acordo, salvo quando a transferência resultar na mudança total ou parcial do estabelecimento onde aqueles prestam serviço.

2 - A transferência dos trabalhadores referidos no número anterior carece, ainda, de prévia comunicação à estrutura sindical a que pertencem.

3 - Em caso de despedimento, não se verificando justa causa, o trabalhador despedido tem o direito de optar entre a reintegração na empresa e uma indemnização equivalente a 45 dias de retribuição base e diuturnidades, por cada ano ou fracção, e nunca inferior a seis meses,

CAPÍTULO III**Admissão e carreira profissional****Secção I****Admissão**

Cláusula 7.^a

Condições gerais de admissão

1 - São condições gerais de admissão para prestar trabalho a idade mínima de 16 (dezasseis) anos e a escolaridade obrigatória.

2 - As empresas, sempre que possível, deverão admitir prioritariamente desempregados e deficientes devendo para isso antes das admissões consultar o serviço de desempregados do Sindicato, a Agência para a Qualificação e Emprego e as Associações de Deficientes.

3 - O empregador não pode exigir ao candidato ao emprego que preste informações relativas à sua vida privada, salvo quando estas sejam estritamente necessárias e relevantes para avaliar da respectiva aptidão no que respeita à execução do contrato de trabalho e seja fornecida a respectiva fundamentação.

**JORNAL OFICIAL**

4 - O empregador não pode exigir ao candidato a emprego que preste informações relativas à sua saúde ou estado de gravidez, salvo quando particulares exigências inerentes à natureza da actividade profissional o justifiquem e seja fornecida por escrito a respectiva fundamentação.

5 - As informações previstas no número anterior são prestadas a médico, que só pode comunicar ao empregador se o trabalhador está ou não apto a desempenhar a actividade, salvo autorização escrita deste.

6 - O médico responsável pela avaliação dos testes e exames médicos só pode comunicar ao empregador se o candidato está ou não apto para desempenhar a actividade profissional, salvo quando o trabalhador no seu interesse ou de terceiros autorize, por escrito, a realização ou apresentação de testes ou exames médicos a que não está obrigado.

7 - No contrato de trabalho ou em documento a entregar pelo empregador devem constar elementos como a definição das funções ou tarefas a desempenhar pelo trabalhador, a profissão e categoria profissional, o escalão ou grau, a retribuição, o horário de trabalho, o local de trabalho, condições específicas de prestação do trabalho, nomeadamente, a data de início e o prazo ou termo que se estabeleceu.

8 - Deverão ser fornecidos ainda ao trabalhador os documentos seguintes:

- a) Regulamento geral interno ou conjunto de normas que o substituam, caso não exista;
- b) Outros regulamentos específicos da empresa, tais como regulamento de segurança, regulamento de regalias sociais, etc.
- c) Na inexistência do mencionado em a) e b), o trabalhador deverá ser elucidado sobre as normas de trabalho da empresa.

9 - Quando qualquer trabalhador transitar de uma empresa para outra, da qual a primeira seja associada económica ou juridicamente ou tenha administradores comuns, deverá contar-se para todos os efeitos a data de admissão na primeira.

Cláusula 8.^a

Recrutamento Interno

1 - Sem prejuízo da liberdade do empregador efectuar admissões directas do exterior, o preenchimento de postos de trabalho poderá ser por recrutamento interno, podendo concorrer os trabalhadores do quadro permanente e os trabalhadores contratados a termo, em igualdade de condições.

2 - Para satisfação do estipulado no número anterior o empregador poderá sujeitar o trabalhador a um período de estágio de dois a quatro meses, durante o qual, qualquer das partes poderá tomar a iniciativa do regresso à situação anterior.

**JORNAL OFICIAL**

3 - Durante o período de estágio, o trabalhador mantém a retribuição correspondente à situação anterior mas, logo que seja confirmado a nova situação, terá direito às diferenças salariais desde o início do estágio.

4 - O empregador compromete-se a anunciar, por ordem de serviço ou por outro meio idóneo, a abertura de concurso para o preenchimento de postos de trabalho, fornecendo todas as indicações necessárias sobre a candidatura e o processo de selecção aos trabalhadores eventualmente interessados.

Cláusula 9.^a**Idade mínima de admissão**

1 - Só poderão ser admitidos profissionais com a categoria de Vendedores Praticantes com idade inferior a 18 anos.

2 - Não poderão ser admitidos profissionais para a categoria de Vendedor Ajudante ou Operador Ajudante de Super/Hipermercado, com a idade inferior a 18 anos.

Cláusula 10.^a**Período experimental**

1 - Durante o período experimental qualquer das partes pode rescindir o contrato de trabalho sem aviso prévio e sem necessidade de invocação de justa causa, não havendo direito a qualquer indemnização ou penalização, salvo o disposto nos números seguintes.

2 - Tendo o período experimental durado mais de sessenta dias, para denunciar o contrato nos termos previstos no número anterior, o empregador terá de dar um aviso prévio de 7 (sete) dias, sob pena de indemnizar o trabalhador até ao final do período experimental previsto.

3 - No caso previsto no número anterior é ineficaz o aviso prévio quando comunicado ao trabalhador com menos de 7 dias do termo da duração do período experimental.

4 - O Período experimental corresponde ao período inicial da execução do contrato de trabalho, compreendendo as acções de formação ministradas pelo empregador ou frequentadas por determinação deste.

5 - O período experimental tem a seguinte duração:

- a) Sessenta dias para a generalidade dos trabalhadores podendo alargar-se a noventa dias no caso de frequência de acções de formação profissional;
- b) Cento e vinte dias para trabalhadores enquadrados nos níveis I e II do Anexo II;
- c) Cento e oitenta dias para os trabalhadores que exerçam funções de quadro superior ou de direcção.

**JORNAL OFICIAL**

6 - Para os contratos a termo certo de duração igual ou superior a seis meses, o período experimental é de trinta dias, excepto para os contratos com prazo inferior a seis meses em que o período experimental é de quinze dias.

7 - Para os contratos a termo incerto, cuja duração se preveja não vir a ser superior a seis meses, o período experimental é de quinze dias.

8 - Só contam para efeitos de duração do período experimental o tempo de trabalho efectivamente prestado, incluindo-se neste, as acções de formação ministradas pelo empregador ou frequentadas por determinação deste.

9 - A antiguidade do trabalhador conta-se desde o início do período experimental.

10 - O período experimental pode ser excluído por acordo escrito das partes.

Secção II**Carreira profissional****Cláusula 11.^a****Classificação profissional**

Os trabalhadores abrangidos pelo presente contrato colectivo serão obrigatoriamente classificados, segundo as funções efectivamente desempenhadas, nas profissões e categorias profissionais constantes do anexo I.

Cláusula 12.^a**Regime de aprendizagem**

Consideram-se em regime de aprendizagem os estagiários, os dactilógrafos, os vendedores praticantes, os aprendizes, os vendedores ajudantes, os operadores ajudantes de super/hipermercado e os aprendizes de costura.

Cláusula 13.^a**Promoção ou acesso obrigatório dos profissionais de escritório**

Dos profissionais de escritório, têm acesso obrigatório as seguintes categorias: Estagiário, Dactilógrafo, Terceiro Escriturário, Segundo Escriturário, Estagiário de Operador de Sistemas Informáticos e Operador de Sistemas Informáticos de 2.^a.

Cláusula 14.^a**Carreira dos Escriturários**

1 - Os Estagiários e os Dactilógrafos têm acesso obrigatório, a Terceiros Escriturários, após um período de 3 anos ou logo que atinjam 23 anos de idade, salvo os casos de admissão com

**JORNAL OFICIAL**

idade igual ou superior a 22 anos, cujo estágio tem a duração de 2 anos, sem prejuízo dos Dactilógrafos continuarem adstritos ao mesmo serviço.

2 - Os Segundos e Terceiros Escriturários, serão promovidos obrigatoriamente a Primeiros e Segundos Escriturários, respectivamente, logo que completem 7 anos na categoria.

Cláusula 15.^a

Carreira dos Operadores de Sistemas Informáticos

Os Estagiários de Operadores de Sistemas Informáticos e os Operadores de Sistemas Informáticos de 2.^a serão promovidos a Operadores de Sistemas Informáticos de 2.^a e Operadores de Sistemas Informáticos de 1.^a respectivamente, logo que completem 3 anos de serviço naquelas categorias.

Cláusula 16.^a

Promoção ou acesso obrigatório dos profissionais de comércio

Dos profissionais de comércio, têm acesso as seguintes categorias: Vendedor Praticante, Vendedor Ajudante, Aprendiz, Terceiro Vendedor, Segundo Vendedor, Operador Ajudante de Super/Hipermercado, Operador de 2.^a e Operador de 1.^a de Super/Hipermercado.

Cláusula 17.^a

Carreira dos Vendedores

1 - Os Aprendizes ingressarão na categoria profissional de Servente ou na categoria de 3.º Vendedor logo que atinjam a idade de 24 anos.

2 - Os Vendedores Praticantes serão promovidos a Vendedores Ajudantes logo que completem 18 anos de idade.

3 - Os Vendedores Ajudantes serão promovidos obrigatoriamente a Terceiros Vendedores, logo que completem 3 anos de permanência na categoria ou 23 anos de idade, salvo nos casos de admissão com idade igual ou superior a 22 anos e cumulativamente de primeiro emprego na Empresa, em que os profissionais terão que fazer um estágio de 2 anos.

4 - Os Terceiros e Segundos Vendedores, serão promovidos obrigatoriamente a Segundos e Primeiros Vendedores, respectivamente, logo que completem 7 anos na categoria.

Cláusula 18.^a

Carreira dos Operadores de Super/Hipermercados

1 - Os Operadores Ajudantes serão promovidos obrigatoriamente a Operadores de 2.^a logo que completem 3 anos de permanência na categoria ou atinja 23 anos de idade, salvo nos casos de admissão com idade igual ou superior a 22 anos e cumulativamente primeiro emprego na Empresa, em que os profissionais terão que fazer um estágio de 2 anos.

**JORNAL OFICIAL**

2 - Os Operadores de 2.^a e 1.^a serão promovidos obrigatoriamente a Operadores de 1.^a e Operadores Especializados de Super/Hipermercado, respectivamente, logo que completem 7 anos na categoria.

Cláusula 19.^a

Acesso dos Técnicos de Manutenção-Informática

Dos profissionais Técnicos de Manutenção-Informática, têm acesso obrigatório os seguintes:

Estagiário de Técnico, Técnico de Manutenção-Informática de 3.^a e de 2.^a, respectivamente.

Cláusula 20.^a

Carreira dos Técnicos de Manutenção-Informática

1 - O Estagiário Técnico de Manutenção-Informática, será promovido obrigatoriamente à categoria de Técnico de Manutenção-Informática de 3.^a, logo que complete 3 anos de serviço na categoria.

2 - Os Técnicos de Manutenção-Informática de 3.^a e de 2.^a serão promovidos obrigatoriamente a Técnicos de Manutenção-Informática de 2.^a e de 1.^a respectivamente, logo que completem 6 anos de serviço na categoria.

Cláusula 21.^a

Acesso dos profissionais de costura

1 - Consideram-se categorias de acesso ou promoção: Aprendizes de Costureira, Ajudantes de Costureira e Costureira.

2 - O acesso às categorias de ajudante de costureira e de costureira fica sujeito a três anos de permanência nas categorias de aprendiz de costureira e de ajudante de costureira respectivamente.

3 - O acesso de Costureira para Costureira/Modista, será feito através de exame técnico-profissional requerido pela trabalhadora, conforme o previsto no Anexo III.

Secção III

Densidades

Cláusula 22.^a

Densidade dos quadros dos profissionais de escritório

1 - O número de profissionais de escritório classificados como Chefe de Secção ou categoria superior não poderá ser inferior a 10% do número de profissionais constante dos Grupos II, III e IV do anexo II; os restantes profissionais de escritório terão o regime de densidades fixados nos números seguintes.

**JORNAL OFICIAL**

2 - Para efeito de aplicação de regime de densidades só se consideram as entidade patronais e os trabalhadores abrangidos pelo contrato por força da área e âmbito definidos na cláusula 1.^a, quer aquelas entidades tenham ou não a sua sede em São Miguel e Santa Maria e perante o total de profissionais ao serviço das mesmas entidades.

3 - Será atribuída a categoria de Chefe de Secção aos profissionais que dirijam uma secção própria, independentemente do número de profissionais da secção.

4 - As entidades patronais com cinco, quatro, ou três profissionais das categorias do sector de escritório, terão de ter um profissional com a categoria e classe, pelo menos, de Primeiro Escrivário, Segundo Escrivário ou Terceiro Escrivário, respectivamente.

5 - As entidades patronais com menos de três profissionais das categorias previstas no sector de escritórios, terão de atribuir a um deles a categoria de Terceiro Escrivário, se algum dos titulares da empresa ou respectivos familiares não exerça definitivamente, a categoria de Chefe de Escritório.

6 - O número total de Estagiários não pode ser superior ao número global de Escrivários, Chefes de Secção ou Sector e dos Chefes de Escritório.

Cláusula 23.^a**Densidade dos quadros dos profissionais de comércio**

1 - Os profissionais de vendas terão o regime de densidades fixados nos números subsequentes.

2 - Aplica-se aos profissionais de vendas o disposto no n.º 2 da cláusula anterior.

3 - Será atribuída a categoria de Vendedor de Chefe de Secção ou Operador-Encarregado de Supermercado aos profissionais que dirijam uma secção própria independentemente do número de profissionais da mesma.

4 - Nos estabelecimentos em que não haja profissionais com funções privativas de Caixa, podem essas funções ser cometidas a todos, a alguns ou a certo profissional da casa.

5 - Os Caixas podem prestar serviço misto nos casos de impedimento ocasional dos colegas e ainda quando em dia de movimento imprevisto e excepcional se verifique tal necessidade imperiosa.

6 - Quando houver Caixa Privativo, durante as suas ausências será substituído pela entidade ou por qualquer profissional ao serviço do estabelecimento, segundo o critério da aludida entidade.

**JORNAL OFICIAL**

Secção IV

Formação Profissional, Educação e Certificação

Cláusula 24.^a**Princípios Gerais**

1 - A formação profissional é um direito e um dever, quer do empregador quer dos trabalhadores, tendo em vista o incremento da produtividade e da competitividade das empresas e o desenvolvimento das qualificações dos trabalhadores e da sua certificação.

2 - Qualquer trabalhador devidamente qualificado deverá, quando tal lhe for solicitado, ministrar formação profissional a trabalhadores profissionalmente menos qualificados

3 - Para o exercício do direito à formação profissional o empregador assume a responsabilidade de elaborar um Plano de Formação anual, comprometendo-se a proporcionar formação contínua anual a um mínimo de 10% do total dos trabalhadores, com contratos sem termo.

4 - Os planos de formação anuais e plurianuais deverão ser submetidos a informação e a consulta dos trabalhadores e do sindicato subscritor desta Convenção, com a antecedência mínima de trinta dias relativamente ao início da sua execução.

5 - Os cursos de formação deverão ser devidamente certificados.

Cláusula 25.^a**Crédito de tempo e condições de aplicação**

1 - O empregador reconhece a formação profissional de 35 horas anuais de pelo menos 10% dos trabalhadores.

2 - No caso do empregador não fornecer formação certificada, com a duração mínima referida no n.º 1, o trabalhador tem direito ao crédito referido nesse número, devendo a formação ter correspondência com a actividade prestada ou respeitar as qualificações em tecnologia de informação e comunicação, segurança, higiene e saúde no trabalho ou em línguas estrangeiras.

3 - O trabalhador pode acumular os créditos anuais de formação até ao máximo de três anos, caso não seja assegurada pelo empregador, para utilizar em cursos ou acções de formação, mediante comunicação prévia de dez dias ou na data que tenha conhecimento da sua admissão ao Curso, quando o período entre este conhecimento e a data da frequência seja menor.

4 - O crédito de horas para formação é referido ao período normal de trabalho, confere direito a retribuição e conta como tempo de serviço efectivo.

**JORNAL OFICIAL**

5 - Cessando o contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a receber a retribuição correspondente ao crédito de horas para a formação que não tenha utilizado nos últimos três anos.

CAPÍTULO IV**Direitos e deveres das partes**Cláusula 26.^a**Deveres da entidade patronal**

1 - São deveres do empregador:

- a) Respeitar e tratar com urbanidade e probidade o trabalhador;
- b) Pagar pontualmente a retribuição, que deve ser justa e adequada ao trabalho;
- c) Proporcionar boas condições de trabalho, tanto do ponto de vista físico como moral;
- d) Contribuir para a elevação do nível de produtividade do trabalhador, nomeadamente proporcionar-lhe formação profissional;
- e) Respeitar a autonomia técnica do trabalhador que exerça actividades cuja regulamentação profissional a exija;
- f) Possibilitar o exercício de cargos em organizações representativas dos trabalhadores;
- g) Prevenir riscos e doenças profissionais, tendo em conta a protecção da segurança e saúde do trabalhador, devendo indemnizá-lo dos prejuízos resultantes de acidentes de trabalho;
- h) Adoptar, no que se refere à higiene, segurança e saúde no trabalho, as medidas que decorram, para o empregador, estabelecimento ou actividade, da aplicação das prescrições legais e convencionais vigentes;
- i) Fornecer ao trabalhador a informação e a formação adequadas à prevenção de riscos de acidente e doença;
- j) Manter permanentemente actualizado o registo do pessoal em cada um dos seus estabelecimentos, com indicação dos nomes, datas de nascimento e admissão, modalidades dos contratos, categorias, promoções, retribuições, datas de início e termo das férias e faltas que impliquem perda da retribuição ou diminuição dos dias de férias;
- k) Enviar ao Sindicato, até ao dia oito do mês seguinte àquele a que respeitam, o montante das quotas dos trabalhadores sindicalizados que, em declaração individual enviada ao empregador, autorizem o seu desconto na retribuição mensal;
- l) Ministras acções de formação visando o desenvolvimento e a qualificação profissional dos trabalhadores afectando, para o efeito, os recursos financeiros necessários;

Cláusula 27.^a**Deveres dos trabalhadores**

1 - São deveres do trabalhador:

- a) Respeitar e tratar com urbanidade e probidade o empregador; os superiores hierárquicos, os companheiros de trabalho e as demais pessoas que estejam em relação com a empresa;
- b) Comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade;
- c) Realizar o trabalho com zelo e diligência;
- d) Cumprir as ordens e instruções do empregador em tudo o que respeite à execução e disciplina do trabalho, salvo na medida em que se mostrem contrárias aos seus direitos e garantias;
- e) Guardar lealdade ao empregador; nomeadamente não negociando por conta própria ou alheia em concorrência com ele, nem divulgando informações referentes à sua organização, métodos de produção ou negócios;
- f) Velar pela conservação e boa utilização dos bens relacionados com o seu trabalho que lhe forem confiados pelo empregador;
- g) Promover ou executar todos os actos tendentes à melhoria da produtividade do empregador;
- h) Cooperar; com o empregador, para a melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente por intermédio dos representantes dos trabalhadores eleitos para esse fim;
- i) Cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais ou convencionais aplicáveis, bem como as ordens dadas pelo empregador;
- j) Manter e aperfeiçoar permanentemente as aptidões profissionais e, em especial, cuidar do seu aperfeiçoamento profissional;
- k) Frequentar as acções de formação profissional que o empregador promova ou subsidie.

2 - O dever de obediência, a que se refere a alínea *d)* do número anterior, respeita tanto às ordens e instruções dadas directamente pelo empregador como às emanadas dos superiores hierárquicos do trabalhador, dentro dos poderes que por aquele lhes forem atribuídos.

**JORNAL OFICIAL**Cláusula 28.^a**Garantias dos trabalhadores**

É proibido ao empregador:

- a) Opor-se, por qualquer forma, a que o trabalhador exerça os seus direitos, bem como despedi-lo, aplicar-lhe outras sanções, ou tratá-lo desfavoravelmente por causa desse exercício;
- b) Obstar, injustificadamente, à prestação efectiva do trabalho;
- c) Exercer pressão sobre o trabalhador para que actue no sentido de influir desfavoravelmente nas condições de trabalho dele ou dos companheiros;
- d) Diminuir a retribuição, salvo nos casos previstos na lei e nesta convenção;
- e) Baixar a categoria do trabalhador salvo nos casos previstos na Lei para que foi contratado ou a que foi promovido;
- f) Transferir o trabalhador para outro local de trabalho, salvo nos casos previstos na lei e nesta convenção, ou quando haja acordo do trabalhador;
- g) Ceder trabalhadores do quadro de pessoal próprio para utilização de terceiros que sobre esses trabalhadores exerçam os poderes de autoridade e direcção próprios do empregador ou por pessoa por ele indicada, salvo nos casos especialmente previstos;
- h) Obrigar o trabalhador a adquirir bens ou a utilizar serviços fornecidos pelo empregador ou por pessoa por ele indicada;
- i) Explorar, com fins lucrativos, quaisquer cantinas, refeitórios, economatos ou outros estabelecimentos directamente relacionados com o trabalho, para fornecimento de bens ou prestação de serviços aos trabalhadores;
- j) Fazer cessar o contrato e readmitir o trabalhador, mesmo com o seu acordo, havendo o propósito de o prejudicar em direitos ou garantias decorrentes da antiguidade.

Cláusula 29.^a**Violação de garantias dos trabalhadores por parte das entidades patronais**

A prática por parte das entidades patronais, de qualquer acto ou omissão contrários, ou que violem o disposto nas cláusulas 28.^a e 30.^a confere ao trabalhador a faculdade de rescindir o contrato, com direito a receber as indemnizações fixadas na cláusula 76.^a sem prejuízo das respectivas punições por violação da lei de trabalho.

**JORNAL OFICIAL**Cláusula 30.^a**Transferência do trabalhador**

1 - Havendo acordo do trabalhador na sua transferência de acordo com a alínea f) da cláusula 30.^a, a entidade patronal custeará todas as despesas de transportes do próprio trabalhador e agregado familiar, mobiliário e outros bens necessários à vida habitual do agregado familiar, suportará os prejuízos acarretados ao trabalhador com a transferência, nomeadamente os que resultarem do tempo que gastar a mais com a deslocação para o novo local de trabalho.

2 - O trabalhador que não dê o seu acordo à transferência poderá optar por manter-se na situação e posto de trabalho onde se encontrava ou, se tal não for possível ou lhe convier rescindir o seu contrato, recebendo as indemnizações referidas na cláusula 76.^a

CAPÍTULO V**Prestação do trabalho**Cláusula 31.^a**Duração do trabalho**

1 - O período normal de trabalho para os trabalhadores Administrativos será de 39 horas semanais, distribuídas de 2.^a a 6.^a feira, não podendo exceder 8 horas por dia.

2 - O período normal de trabalho para os trabalhadores do comércio será de 40 horas semanais, distribuídas de 2.^a feira a Sábado, não podendo exceder 8 horas por dia.

3 - O Período normal de trabalho diário deve ser interrompido por um intervalo de descanso, de duração não inferior a meia hora nem superior a duas horas, de modo a que os trabalhadores não prestem mais do que seis horas de trabalho consecutivo.

4 - Nos casos estabelecidos na lei ou no contrato poderá, todavia, haver um único período normal de trabalho diário, cuja duração terá limites iguais ao dos subperíodos aludidos no número anterior.

5 - Caso se verifique acordo entre a entidade patronal e os trabalhadores, poderá vir a ser praticado sectorialmente horário de tipo diferente, incluindo encerramento ao Sábado.

6 - Mediante prévio acordo escrito entre a Empresa, os Trabalhadores e o Sindicato e nos casos devidamente justificados, a duração normal do trabalho pode ser definida em termos médios, apurada por referência a períodos de 3 meses.

7 - O acordo referido no número anterior terá a validade nele contido ou, na falta de menção expressa, de um ano.

**JORNAL OFICIAL**Cláusula 32.^a**Trabalho suplementar**

- 1 - Considera-se trabalho suplementar todo aquele que é prestado fora do horário trabalho.
- 2 - Só em casos devidamente justificados poderá haver lugar à prestação de trabalho suplementar.
- 3 - Nenhum trabalhador poderá prestar, mais de 175 horas de trabalho suplementar por ano, nas microempresas, e 150 horas em médias e grandes empresas.
- 4 - O trabalho suplementar prestado em dia normal de trabalho, dá direito a uma retribuição, que será igual à retribuição normal acrescida dos seguintes valores:
 - a) 50%, se o trabalho for diurno e prestado das 8 até às 20 horas;
 - b) 75%, se o trabalho for prestado das 20 às 24 horas;
 - c) 100%, se o trabalho for prestado entre as 0 e as 8 horas;
- 5 - Para os efeitos constantes desta cláusula, a retribuição horária será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

Retribuição horária = retribuição mensal x 12

horário de trabalho semanal x 52

- 6 - O tempo gasto no transporte será pago como trabalho suplementar e a alimentação será custeada pela entidade patronal sempre que o trabalho suplementar coincida com as horas normais de refeição.

Cláusula 33.^a**Trabalho nocturno**

Considera-se trabalho nocturno o prestado no período que decorre entre as vinte horas de um dia e as sete horas do dia seguinte.

Cláusula 34.^a**Retribuição do trabalho nocturno**

A retribuição do trabalho nocturno será superior em 25% à retribuição a que dá direito o trabalho equivalente prestado durante o dia.

**JORNAL OFICIAL**Cláusula 35.^a**Trabalho suplementar em dia de descanso semanal ou feriado**

1 - O trabalho suplementar prestado em dia de descanso semanal ou feriado dá direito ao trabalhador a descansar num dos três dias seguintes.

2 - Para efeitos do número anterior, qualquer fracção de trabalho suplementar prestado até ao meio-dia terá direito a meio dia de descanso, mais de meio-dia de trabalho a um dia de descanso.

3 - O trabalho suplementar prestado nos termos desta cláusula só poderá ser prestado nas condições previstas no n.º 2 da cláusula 32.^a

4 - Quando o trabalhador preste trabalho suplementar em dia de descanso semanal ou feriado, a entidade patronal é obrigada a assegurar o transporte e a alimentação nas condições previstas no n.º 6 da cláusula 32.^a.

5 - A prestação de trabalho suplementar em dia de descanso semanal ou feriado, dá direito a remuneração especial, a qual será igual à retribuição normal acrescida dos seguintes valores:

- a) 100%, em dias feriados.
- b) 200%, em dia de descanso semanal;

6 - Os trabalhadores que prestem trabalho suplementar no dia de descanso semanal e nos feriados obrigatórios, não poderão seja qual for o número de horas prestadas, receber menos do que o correspondente a 4 horas retribuídas nos termos dos números anteriores.

Cláusula 36.^a**Isenção de horário de trabalho**

1 - Os trabalhadores isentos de horário de trabalho têm direito a uma retribuição especial, igual a 30% da remuneração mensal auferida, independentemente da duração efectiva do trabalho prestado.

2 - Podem ser isentos do horário de trabalho, sem que auferam a retribuição mencionada nos números antecedentes, os indivíduos empregados em estabelecimentos de pequena categoria que vivam em comunhão de mesa e habitação com a respectiva entidade patronal e que com esta tenham parentescos por afinidade ou de consanguinidade em qualquer grau de linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, devendo o requerente juntar prova documental do parentesco ao requerimento de isenção.

**JORNAL OFICIAL**Cláusula 37.^a**Subsídio de turno**

1 - Os trabalhadores que prestem serviço em regime de laboração contínua, integrados em turnos rotativos, têm direito, a uma retribuição especial, que será igual a 10% da retribuição base, durante o período em que estejam sujeitos a essa rotação.

2 - Quando o turno for prestado no período nocturno o subsídio referido no n.º 1 será acrescido da retribuição especial de 25% a que dá direito o trabalho nocturno.

Cláusula 38.^a**Horário de trabalho**

1 - O trabalho não poderá, excepto nos casos dos números seguintes, começar antes das 8 horas nem terminar depois das 19 horas.

2 - Os profissionais de informática, Fiel de Armazém, Apontadores e Pessoal de limpeza terão horários, compatíveis com a natureza das suas funções, da empresa em que prestem serviço e dos sectores em que se integram.

3 - Haverá tolerância de quinze minutos para as transacções, operações e serviços começados e não acabados na hora estabelecida para o termo do período normal de trabalho, não sendo, porém de admitir que tal tolerância se transforme em sistema.

4 - Os Contínuos poderão ter horário de duração superior em meia hora diária sem prejuízo do limite previsto no n.º 1 da cláusula 33.^a.

5 - O horário do pessoal dos estabelecimentos de vendas ao público poderá ser fixado 30 minutos antes do horário de abertura e 30 minutos depois do encerramento estabelecido pelos competentes regulamentos camarários.

6 - O disposto nos números anteriores entender-se-á sempre sem prejuízo do estatuído na cláusula 31.^a.

Cláusula 39.^a**Substituição temporária**

1 - Sempre que o trabalhador substitua, ainda que parcialmente, outro de categoria, escalão, grau, classe ou retribuição superior, passará a receber a retribuição efectivamente auferida pelo substituído.

2 - Se a substituição durar mais de seis meses seguidos ou interpolados, adquirirá o direito ao escalão, grau, categoria ou classe do substituído, ressalvando-se os casos de acidente de trabalho, doença devidamente comprovada, serviço cívico ou militar obrigatório.

**JORNAL OFICIAL**

3 - Após trinta dias de substituição, o trabalhador substituído, desde que se mantenha em efectiva prestação de serviço, não poderá ser substituído senão pelo trabalhador ausente.

4 - Terminado o impedimento, e não se verificando o regresso do substituído ao seu lugar, seja qual for o motivo, o substituído passa à categoria do substituído produzindo todos os seus efeitos desde a data em que teve lugar a substituição.

CAPITULO VI**Prestação de Trabalho**

Secção I

Suspensão da prestação do trabalho

Cláusula 40.^a**Descanso semanal e feriados**

1 - O dia de descanso semanal é o Domingo, ressalvando-se os casos em que já se pratica ou venham a praticar outros dias de descanso semanal, além do Domingo.

2 - O disposto no n.º 1 poderá ser modificado, no caso de prévio acordo entre a empresa e o Sindicato.

3 - Nos dias decretados como feriados obrigatórios, bem como naqueles que lhes são equiparados pelo contrato, deve a entidade patronal suspender o trabalho como se de um dia de descanso semanal se tratasse.

Secção II

Feriados e suspensão ocasional do trabalho

Cláusula 41.^a**Feriados obrigatórios**

1 - São feriados obrigatórios:

1 de Janeiro;

Terça-Feira de Carnaval;

Sexta-Feira Santa;

Domingo de Páscoa;

25 de Abril;

1 de Maio;

Corpo de Deus (festa móvel);

**JORNAL OFICIAL**

10 de Junho;
15 de Agosto;
5 de Outubro;
1 de Novembro;
1, 8 e 25 de Dezembro.

2 - O feriado de Sexta-Feira Santa pode ser observado em outro dia com significado local no período da Páscoa.

3 - São também considerados feriados em toda a área de aplicação do contrato, o feriado regional e o feriado Municipal da área de cada Concelho.

Secção III**Férias****Cláusula 42.^a****Aquisição do direito a férias**

1 - O direito a férias adquire-se com a celebração do contrato de trabalho e vence-se no dia 1 de Janeiro de cada ano civil, salvo o disposto nos números seguintes:

2 - No ano da contratação, o trabalhador tem direito após 6 meses de execução do contrato, a gozar 2 dias úteis de férias por cada mês de duração do contrato até ao máximo de 20 dias úteis.

3 - No caso de sobrevir o termo do ano civil antes de decorrido o prazo nos termos do número anterior, ou antes de gozar o direito a férias, pode o trabalhador usufruí-lo até 30 de Junho do ano civil subsequente.

4 - Da aplicação dos números anteriores, não pode resultar para o trabalhador um período de férias no mesmo ano civil, superior a 30 dias, salvo no caso em que tendo decorrido pelo menos 6 meses de execução do contrato no ano da contratação, em que não se aplica o limite dos 30 dias úteis.

5 - A época de férias deve ser estabelecida por sistema rotativo e de comum acordo entre o trabalhador e a empresa, e deverão ser gozadas entre 1 de Maio e 31 de Outubro, salvo se for outro o interesse expresso pelo trabalhador.

6 - No caso de o trabalhador adoecer durante o período de férias são as mesmas suspensas desde que a entidade patronal seja do facto informada, prosseguindo, logo após a alta, o gozo dos dias de férias compreendidos ainda naquele período, cabendo à entidade patronal, na falta de acordo, a marcação dos dias de férias não gozadas, sem sujeição ao disposto no n.º 5.

**JORNAL OFICIAL**

7 - As férias podem ser marcadas para serem gozadas interpoladamente, mediante acordo entre o trabalhador e a entidade patronal e desde que salvaguardado, no mínimo, um período de dez dias úteis consecutivos.

8 - O período de férias não gozado por motivo de cessação de contrato conta sempre para os efeitos de antiguidade.

9 - A retribuição correspondente ao período de férias não pode ser inferior à que os trabalhadores receberiam se estivessem em serviço efectivo e deve ser paga antes do início daquele período.

10 - Salvo se houver prejuízo grave para o empregador, devem gozar férias em idêntico período os cônjuges que trabalhem na mesma empresa ou estabelecimento, bem como as pessoas que vivam em união de facto ou economia comum nos termos previstos em legislação especial.

Cláusula 43.^a

Duração do período de férias

1 - O período anual de férias tem a duração mínima de 22 dias úteis.

2 - Para efeitos de férias, são úteis os dias da semana de segunda-feira a sexta-feira, com excepção dos feriados, não podendo as férias ter início em dia de descanso semanal do trabalhador.

3 - A duração do período de férias é aumentada no caso de o trabalhador não ter faltado ou na eventualidade de ter apenas faltas justificadas, no ano a que as férias se reportam, nos seguintes termos:

- a) Três dias de férias até ao máximo de uma falta ou dois meios-dias;
- b) Dois dias de férias até ao máximo de duas faltas ou quatro meios-dias;
- c) Um dia de férias até ao máximo de três faltas ou seis meios-dias.

4 - Para efeitos do número anterior são equiparadas às faltas os dias de suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao trabalhador.

5 - O trabalhador pode renunciar parcialmente ao direito a férias, recebendo a retribuição e o subsídio respectivos, sem prejuízo de ser assegurado o gozo efectivo de 20 dias úteis de férias.

Cláusula 44.^a

Direito a férias nos contratos de duração inferior a 6 meses

1 - O trabalhador admitido com contrato cuja duração total não atinja seis meses tem direito a gozar dois dias úteis de férias por cada mês completo de duração do contrato.

**JORNAL OFICIAL**

2 - Para efeitos da determinação do mês completo devem contar-se todos os dias, seguidos ou interpolados, em que foi prestado trabalho.

3 - Nos contratos cuja duração total não atinja seis meses, o gozo das férias tem lugar no momento imediatamente anterior ao da cessação, salvo acordo das partes.

Cláusula 45.^a

Proibição de cumulação de férias

1 - As férias devem ser gozadas no decorrer do ano civil em que se vencem, não sendo permitido acumular no mesmo ano férias de dois ou mais anos, salvo no estipulado nos números seguintes.

2 - Terão direito a acumular férias de dois anos:

a) Os trabalhadores que exerçam a sua actividade em São Miguel ou Santa Maria, quando pretendam gozá-las em outras ilhas, no continente ou no estrangeiro;

b) Os trabalhadores que pretendam gozar as férias com familiares emigrados no estrangeiro.

3 - Os trabalhadores poderão ainda acumular no mesmo ano metade do período de férias vencido no ano anterior com o desse ano, mediante acordo com a entidade patronal.

4 - O disposto nos n.ºs 2 e 3 desta cláusula estará condicionado ao acordo prévio de ambas as partes.

Cláusula 46.^a

Proibição do exercício de outra actividade durante as férias

O trabalhador não pode exercer durante as férias qualquer outra actividade remunerada, salvo se já viesse exercendo cumulativamente.

Secção IV

Faltas

Cláusula 47.^a

Noção de falta

1 - Falta é a ausência do trabalhador no local de trabalho durante o período em que devia desempenhar a actividade a que está adstrito.

2 - Nos casos de ausência do trabalhador por períodos inferiores a período de trabalho a que está obrigado, os respectivos tempos são adicionados para determinação dos períodos normais de trabalho diário em falta.

**JORNAL OFICIAL**

3 - Para efeito do disposto no número anterior, caso os períodos de trabalho diário não sejam uniformes, considera-se sempre o de menor duração relativo a um dia completo de trabalho.

4 - Não serão considerados na noção de falta os atrasos de entrada iguais ou inferiores a dez minutos, desde que não excedam, adicionados, trinta minutos por mês, e sejam repostos no próprio dia por extensão, em igual tempo, do período normal de trabalho.

Cláusula 48.^a**Tipos de faltas**

1 - As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.

2 - São consideradas faltas justificadas:

a) As dadas, durante 15 dias seguidos, por altura do casamento;

b) As motivadas por falecimento do cônjuge, parentes ou afins, nos termos da cláusula 49.^a;

c) As motivadas pela prestação de provas em estabelecimento de ensino, nos termos da legislação especial;

d) As motivadas por impossibilidade de prestar trabalho devido a facto que não seja imputável ao trabalhador, nomeadamente doença, acidente ou cumprimento de obrigações legais;

e) As motivadas pela necessidade de prestação de assistência inadiável e imprescindível a membros do seu agregado familiar, nos termos previstos neste contrato e em legislação especial;

f) As ausências não superiores a quatro horas e só pelo tempo estritamente necessário, justificadas pelo responsável pela educação de menor, uma vez por trimestre, para deslocação à escola tendo em vista inteirar-se da situação educativa do filho menor;

g) As dadas pelos trabalhadores eleitos para as estruturas de representação colectiva;

h) As dadas por candidatos a eleições para cargos públicos, durante o período legal da respectiva campanha eleitoral;

i) As autorizadas ou aprovadas pelo empregador;

j) As que por lei forem como tal qualificadas.

3 - São consideradas faltas injustificadas as faltas não previstas no número anterior.

Cláusula 49.^a**Faltas por motivo de falecimento de parentes e afins**

1 - Nos termos da alínea b) do n.º 2 da cláusula 48.^a o trabalhador pode faltar justificadamente:

a) Até 5 dias por falecimento do cônjuge, pais, filhos, sogros, noras, genros, padrastos, madrastas e enteados;

b) Até 2 dias consecutivos por falecimento de avós, netos, irmãos, cunhados, e de todas as pessoas que vivam em comunhão de vida e habitação com os trabalhadores;

2 - Aplica-se o disposto na alínea a) do número anterior ao falecimento de pessoa que viva em união de facto ou economia comum com o trabalhador.

Cláusula 50.^a**Comunicação de faltas**

1 - As faltas justificadas, quando previsíveis, são obrigatoriamente comunicadas ao empregador com a antecedência mínima de cinco dias.

2 - Quando imprevisíveis, as faltas justificadas são obrigatoriamente comunicadas ao empregador logo que possível.

3 - O empregador pode, nos 15 dias seguintes à comunicação referida nos números anteriores, exigir ao trabalhador prova dos factos invocados para a justificação.

Cláusula 51.^a**Efeitos das faltas justificadas**

1 - As faltas justificadas não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos do trabalhador, salvo o disposto no número seguinte.

2 - Sem prejuízo de outras previsões legais, determinam a perda de retribuição as seguintes faltas ainda que justificadas:

a) Por motivo de doença, desde que o trabalhador beneficie de um regime de segurança social de protecção na doença;

b) Por motivo de acidente no trabalho, desde que o trabalhador tenha direito a qualquer subsídio ou seguro;

c) As previstas na alínea j) do n.º 2 da cláusula 48.^a quando superiores a 30 dias por ano;

d) As autorizadas ou aprovadas pelo empregador, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

**JORNAL OFICIAL**

3 - As faltas autorizadas ou aprovadas pelo empregador só determinam perda de retribuição, se nesse sentido o empregador previamente informar o trabalhador.

4 - Nos casos previstos na alínea *d*) do n.º 2 da cláusula 48.^a, se o impedimento se prolongar efectiva ou previsivelmente para além de um mês, aplica-se o regime de suspensão da prestação do trabalho por impedimento prolongado.

5 - No caso previsto na alínea *h*) do n.º 2 da cláusula 48.^a as faltas justificadas conferem, no máximo, direito à retribuição relativa a um terço do período de duração da campanha eleitoral, só podendo o trabalhador faltar meios dias ou dias completos com aviso prévio de quarenta e oito horas.

Cláusula 52.^a**Efeitos das faltas injustificadas**

1 - As faltas injustificadas constituem violação do dever de assiduidade e determinam perda da retribuição correspondente ao período de ausência, o qual será descontado na antiguidade do trabalhador.

2 - Tratando-se de faltas injustificadas a um ou meio período normal de trabalho diário, imediatamente anteriores ou posteriores aos dias ou meios-dias de descanso ou feriados, considera-se que o trabalhador praticou uma infracção grave.

3 - No caso de a apresentação do trabalhador, para início ou reinício da prestação de trabalho, se verificar com atraso injustificado superior a trinta ou sessenta minutos, pode o empregador recusar a aceitação da prestação durante parte ou todo o período normal de trabalho, respectivamente

Cláusula 53.^a**Efeitos das faltas no direito a férias**

1 - As faltas não tem efeito sobre o direito a férias do trabalhador, salvo o disposto no número seguinte.

2 - Nos casos em que as faltas determinem perda de retribuição, as ausências podem ser substituídas, se o trabalhador expressamente assim o preferir, por dias de férias, na proporção de 1 dia de férias por cada dia de falta, desde que seja salvaguardado o gozo efectivo de 20 dias úteis de férias ou da correspondente proporção, se se tratar de férias no ano da admissão.

**JORNAL OFICIAL**

Secção V

Suspensão da prestação do trabalho por impedimento prolongado

Cláusula 54.^a**Impedimento por prisão**

1 - Não perde direito ao lugar o trabalhador que se ausentar do serviço para cumprir pena de prisão não superior a cento e vinte dias, excepto no caso do número seguinte.

2 - É garantido o lugar ao trabalhador impossibilitado de prestar serviço por detenção preventiva e até ser proferida a sentença final.

Cláusula 55.^a**Suspensão por impedimento prolongado respeitante ao trabalhador**

1 - Quando o trabalhador esteja temporariamente impedido por facto que não lhe seja imputável nomeadamente, o serviço militar obrigatório, doença ou acidente, e o impedimento se prolongue por mais de trinta dias cessam os direitos, deveres e garantias das partes, na medida que pressuponham a efectiva prestação de trabalho, sem prejuízo da observância das disposições aplicáveis da legislação sobre previdência.

2 - O tempo de suspensão conta-se para efeitos de antiguidade, conservando o trabalhador o direito ao lugar e categoria, continuando obrigado a guardar lealdade à entidade patronal.

3 - O disposto no número 1 começará a observar-se mesmo antes de expirado o prazo de 30 dias a partir do momento em que haja certeza que o impedimento terá duração superior àquele prazo.

4 - Terminado o impedimento o trabalhador deve dentro de 15 dias apresentar-se à entidade patronal para retomar serviço, sob pena de perder o direito ao lugar.

5 - Desde a data da apresentação do trabalhador é-lhe devida a retribuição por inteiro assim como todos os demais direitos, subsídios contratuais e outras regalias que tinha à data da suspensão, mesmo que por qualquer motivo que não seja imputável ao trabalhador não retome de facto a prestação de serviço.

CAPITULO VII**Retribuição**Cláusula 56.^a**Conceito de retribuição do trabalho**

1 - Só se considera retribuição aquilo a que, nos termos desta convenção e do contrato, das normas que o regem ou dos usos, o trabalhador tem direito como contrapartida do seu trabalho.

**JORNAL OFICIAL**

2 - A retribuição compreende a retribuição-base e todas as outras prestações regulares e periódicas feitas, directa ou indirectamente, em dinheiro ou em espécie bem como outras prestações que a presente convenção vier a definir como tal.

3 - Até prova em contrário, presume-se constituir retribuição toda e qualquer prestação do empregador ao trabalhador.

Cláusula 57.^a**Classificação das entidades patronais para efeitos da aplicação da tabela de limites mínimos de retribuição**

1 - Para efeitos de aplicação da tabela de remunerações mínimas de trabalho, conforme respectivo anexo a esta convenção são as entidades patronais classificadas em 2 grupos A – com contabilidade organizada; B – sem contabilidade organizada.

2 - As Sociedades Cooperativas ficarão incluídas sempre no Grupo A.

3 - Se alguma entidade patronal vier, futuramente a ser colectada em contribuição ou imposto de montante inferior ao que tenha determinado a sua inclusão num dos Grupos estabelecidos em conformidade com os números anteriores desta cláusula, não poderá por este facto reduzir os ordenados que pagava anteriormente.

4 - Para os fins do disposto no n.º 1 obriga-se as entidades patronais a enviar, quando solicitadas pelo Sindicato, certidão ou recibo comprovativo da sua situação em referência ao ano fiscal anterior.

Cláusula 58.^a**Cálculo da retribuição horária e diária**

1 - A retribuição horária é calculada da seguinte forma:

$$RH = RM \times 12$$

$$52 \times n$$

RM – O valor da retribuição mensal efectiva com o valor das diuturnidades a que o trabalhador tem direito.

N – O período normal de trabalho semanal.

2 - A retribuição diária é calculada da seguinte forma:

$$RD = RM$$

$$30$$

**JORNAL OFICIAL**Cláusula 59.^a**Forma do pagamento**

1 - A retribuição deve ser paga até ao último dia útil de cada mês e deve efectuar-se durante o período de trabalho ou imediatamente a seguir a este.

2 - A retribuição deve ser paga em dinheiro, cheque bancário, vale postal, depósito à ordem do trabalhador ou transferência bancária para conta a indicar pelo trabalhador

3 - No acto do pagamento da retribuição, a entidade patronal deve entregar ao trabalhador documento donde conste o nome completo deste, número de inscrição na Instituição de Previdência respectiva, período a que a retribuição corresponde, discriminação das importâncias relativas a trabalho suplementar e a trabalho em dias de descanso semanal ou feriados, todos os descontos e deduções devidamente especificados, bem como o montante líquido a receber.

Cláusula 60.^a**Diuturnidades**

1 - Aos trabalhadores abrangidos por este CCT deverá ser paga uma diuturnidade de € 13,26, por cada três anos de permanência na empresa até ao limite máximo de cinco diuturnidades.

2 - O valor das diuturnidades deverá acrescer às remunerações mínimas fixadas neste contrato.

3 - Sem prejuízo do vencimento do direito à diuturnidade, os valores correspondentes não serão devidos nos casos em que isso lhe for permitido nos termos da legislação em vigor, se a entidade patronal aumentar voluntariamente a remuneração profissional em valor igual ou superior ao da diuturnidade.

4 - No caso de o profissional ter sido aumentado nos termos do número anterior, em valor inferior ao correspondente à diuturnidade, terá o direito à diferença, entre o valor desse aumento e correspondente às diuturnidades vencidas.

5 - Não conta para efeitos de diuturnidades o tempo de serviço nas categorias de Vendedor Praticante, Vendedor Ajudante, Aprendiz, Ajudante de Costureira e Aprendiz de Costureira.

Cláusula 61.^a**Subsídio de Natal**

1 - Todos os trabalhadores abrangidos por este contrato terão direito a receber um Subsídio correspondente a um mês de retribuição por ocasião do Natal, que lhe deverá ser pago até 10 de Dezembro.

**JORNAL OFICIAL**

2 - Os trabalhadores que, na altura, não tenham concluído um ano de serviço terão direito a tantos duodécimos daquele subsídio quanto os meses de serviço que completarem, considerando-se como mês completo o do início da sua actividade na empresa.

3 - Cessando o contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a um subsídio proporcional ao tempo de serviço prestado no ano da cessação considerando-se sempre como completo o último mês de trabalho.

4 - Os trabalhadores com licenças e ou faltas dadas durante o ano, designadamente por motivo de doença, e quando tais ausências tenham determinado a correspondente perda na retribuição mensal, receberão da respectiva entidade patronal um subsídio de Natal, calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$SN = RM \times T$$

365

(em que T se obtém deduzindo a 365 o número de dias que ocasionaram perda de retribuição).

Cláusula 62.^a

Subsídio de Férias

1 - Todos os trabalhadores têm direito a receber, durante as férias, uma retribuição igual à que receberiam se estivessem ao serviço.

2 - Além da retribuição mencionada no número anterior, o trabalhador tem direito a um subsídio de férias cujo montante compreende a retribuição base e as demais prestações retributivas que sejam contrapartida do modo específico da execução do contrato.

Cláusula 63.^a

Compensações e descontos

1 - A entidade patronal não pode compensar a retribuição de trabalho com créditos que tenha sobre o trabalhador, nem fazer quaisquer descontos ou deduções no montante da referida retribuição.

2 - O disposto no número anterior não se aplica:

a) Aos descontos a favor do estado, da previdência ou outras entidades, ordenados por lei, por decisão judicial transitada em julgado ou por auto de conciliação, quando da decisão ou do auto tenha sido notificada a entidade patronal;

b) As indemnizações devidas pelo trabalhador à entidade patronal quando se acharem liquidadas por decisão judicial transitada em julgado, ou por auto de conciliação;

c) As multas a que se refere a alínea c) do n.º 1 da cláusula 84.^a;

**JORNAL OFICIAL**

d) Aos abonos e adiantamentos por conta da retribuição.

3 - Os descontos referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior não podem exceder no seu conjunto um sexto da retribuição.

4 - Os preços das refeições ou de outros fornecimentos ao trabalhador, quando relativos à utilização de cooperativas de consumo, poderão, obtido o acordo destas e dos trabalhadores, ser descontados na retribuição em percentagem superior à mencionada no número anterior.

5 - O trabalhador não pode ceder, a título gratuito ou oneroso, os seus créditos e retribuições, na medida em que estas estejam impenhoráveis.

Cláusula 64.^a

Direito dos trabalhadores nas deslocações

1 - As entidades patronais ficam obrigadas a custear as despesas de alojamento e alimentação impostas por deslocações dos trabalhadores em serviço, podendo processar-se em duas modalidades:

a) A entidade patronal fornecerá o alojamento e a alimentação, sem que o trabalhador efectue assim quaisquer desembolsos;

b) A Entidade Patronal acorda por escrito com o trabalhador e com carácter genérico a atribuição de um abono de ajudas de custo fixo no valor de € 30,30, por cada dia de deslocação dentro da ilha com dormida e 3 refeições; ou € 6,03, para o almoço e/ou jantar e € 3,22 para o pequeno-almoço quando a deslocação não implique dormida; € 52,57, por cada dia de deslocação fora da ilha; € 164,45 por cada dia de deslocação no estrangeiro.

2 - Pode ser autorizado um abono adiantado de ajuda de custo até ao montante correspondente ao período previsto para a deslocação, devendo os interessados prestarem contas da importância avançada no prazo de 15 dias após o regresso à sua residência.

3 - Se o trabalhador utilizar a sua viatura ao serviço da entidade patronal esta pagar-lhe-á um subsídio de 24% sobre o preço litro da gasolina super, por cada Km percorrido devidamente justificado, além de um seguro contra todos os riscos incluindo a responsabilidade civil compreendendo passageiros afectos à actividade.

CAPITULO VIII**Cessação do contrato de trabalho**

Sessão I

Cláusula 65.^a

Proibição de despedimento sem justa causa

São proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos.

Cláusula 66.^a**Modalidades da cessação do contrato de trabalho**

O contrato de trabalho pode cessar por:

- a) Caducidade;
- b) Revogação
- c) Resolução;
- d) Denúncia;

Cláusula 67.^a**Acordo revogatório**

São nulas as Cláusulas de acordo revogatório segundo as quais as partes declarem que o trabalhador não pode exercer direitos já adquiridos ou reclamar créditos vencidos.

Sessão II

Caducidade

Cláusula 68.^a**Causas de caducidade**

O contrato de trabalho caduca nos termos gerais, nomeadamente:

- a) Verificando-se o seu termo;
- b) Em caso de impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva de o trabalhador prestar o seu trabalho ou de o empregador o receber;
- c) Com a reforma do trabalhador, por velhice ou invalidez.

Cláusula 69.^a**Caducidade do contrato a termo certo**

1 - O contrato caduca no termo do prazo estipulado desde que o empregador ou o trabalhador comunique, respectivamente, 15 ou 8 dias antes de o prazo expirar, por forma escrita, a vontade de o fazer cessar.

2 - A caducidade do contrato a termo certo que decorra de declaração do empregador confere ao trabalhador o direito a uma compensação correspondente a três ou dois dias de retribuição base e diuturnidades por cada mês de duração do vínculo, consoante o contrato tenha durado por um período que, respectivamente, não exceda ou seja superior a seis meses.

**JORNAL OFICIAL**

3 - Para efeitos da compensação prevista no número anterior a duração do contrato que corresponda a fracção de mês é calculada proporcionalmente.

Sessão III

Revogação

Cláusula 70.^a

Cessação por acordo

O empregador e o trabalhador podem fazer cessar o contrato de trabalho por acordo, nos termos do disposto na cláusula seguinte.

Cláusula 71.^a

Exigência da forma escrita

1 - O acordo de cessação deve constar de documento assinado por ambas as partes, ficando cada uma com um exemplar.

2 - O documento deve mencionar expressamente a data da celebração do acordo e a de início da produção dos respectivos efeitos.

3 - No mesmo documento podem as partes acordar na produção de outros efeitos, desde que não contrariem o disposto neste CCT.

4 - Se, no acordo de cessação, ou conjuntamente com este, as partes estabelecerem uma compensação pecuniária de natureza global para o trabalhador, presume-se que naquela foram pelas partes incluídos e liquidados os créditos já vencidos à data da cessação do contrato ou exigíveis em virtude dessa cessação.

Cláusula 72.^a

Cessação do acordo de revogação

1 - Os efeitos do acordo de revogação do contrato de trabalho podem cessar por decisão do trabalhador até ao 7.º dia seguinte à data da respectiva celebração, mediante comunicação escrita.

2 - No caso de não ser possível assegurar a recepção da comunicação prevista no número anterior, o trabalhador deve remetê-la ao empregador, por carta registada com aviso de recepção, no dia útil subsequente ao fim desse prazo.

3 - A cessação prevista no n.º 1 só é eficaz se, em simultâneo com a comunicação, o trabalhador entregar ou puser por qualquer forma à disposição do empregador, na totalidade, o valor das compensações pecuniárias eventualmente pagas em cumprimento do acordo, ou por efeito da cessação do contrato de trabalho.

**JORNAL OFICIAL**

Sessão IV

Despedimento por facto imputável ao trabalhador

Cláusula 73.^a**Justa causa de despedimento**

1 - O comportamento culposo do trabalhador que, pela sua gravidade e consequências, tome imediata e praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho constitui justa causa de despedimento.

2 - Para apreciação da justa causa deve atender-se, no quadro de gestão da empresa, ao grau de lesão dos interesses do empregador, ao carácter das relações entre as partes ou entre o trabalhador e os seus companheiros e às demais circunstâncias que no caso se mostrem relevantes.

3 - Constituem, nomeadamente, justa causa de despedimento os seguintes comportamentos do trabalhador:

- a) Desobediência ilegítima às ordens dadas por responsáveis hierarquicamente superiores;
- b) Violação dos direitos e garantias de trabalhadores da empresa;
- c) Provocação repetida de conflitos com outros trabalhadores da empresa;
- d) Desinteresse repetido pelo cumprimento, com a diligência devida, das obrigações inerentes ao exercício do cargo ou posto de trabalho que lhe esteja confiado;
- e) Lesão de interesses patrimoniais sérios da empresa;
- f) Falsas declarações relativas à justificação de faltas;
- g) Faltas não justificadas ao trabalho que determinem directamente prejuízos ou riscos graves para a empresa ou, independentemente de qualquer prejuízo ou risco, quando o número de faltas injustificadas atingir, em cada ano civil, 5 seguidas ou 10 interpoladas;
- h) Falta culposa de observância das regras de higiene e segurança no trabalho;
- i) Prática, no âmbito da empresa, de violências físicas, de injúrias ou outras ofensas punidas por lei sobre trabalhadores da empresa, elementos dos corpos sociais ou sobre o empregador individual não pertencente aos mesmos órgãos, seus delegados ou representantes;
- j) Sequestro e em geral crimes contra a liberdade das pessoas referidas na alínea anterior;
- l) Incumprimento ou oposição ao cumprimento de decisões judiciais ou administrativas;



m) Reduções anormais de produtividade.

Sessão V

Cessaçãõ por iniciativa do trabalhador

Cláusula 74.^a

Rescisãõ do contrato por parte do trabalhador com justa causa

- 1 - Ocorrendo justa causa, pode o trabalhador fazer cessar imediatamente o contrato.
- 2 - Constituem justa causa de resoluçãõ do contrato pelo trabalhador, nomeadamente, os seguintes comportamentos do empregador:
 - a) Falta culposa de pagamento pontual da retribuiçãõ;
 - b) Violaçãõ culposa das garantias legais ou convencionais do trabalhador;
 - c) Aplicaçãõ de sançãõ abusiva;
 - d) Falta culposa de condições de segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - e) Lesãõ culposa de interesses patrimoniais sérios do trabalhador;
 - f) Ofensas à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade do trabalhador, puníveis por lei, praticadas pelo empregador ou seu representante legítimo.
- 3 - Constitui ainda justa causa de resoluçãõ do contrato pelo trabalhador:
 - a) Necessidade de cumprimento de obrigações legais incompatíveis com a continuaçãõ ao serviço;
 - b) Alteraçãõ substancial e duradoura das condições de trabalho no exercício legítimo de poderes do empregador;
 - c) Falta não culposa de pagamento pontual da retribuiçãõ.

Cláusula 75.^a

Procedimento

- 1 - A declaraçãõ de resoluçãõ deve ser feita por escrito, com indicaçãõ sucinta dos factos que a justificam, nos 30 dias subsequentes ao conhecimento desses factos.
- 2 - Se o fundamento da resoluçãõ for o da alínea a) do n.º 3 da cláusula anterior, o trabalhador deve notificar o empregador logo que possível.

**JORNAL OFICIAL**Cláusula 76.^a**Indemnização devida ao trabalhador**

1 - A resolução do contrato com fundamento nos factos previstos no n.º 2 da cláusula 74.^a confere ao trabalhador o direito a uma indemnização por todos os danos patrimoniais e não patrimoniais sofridos, devendo esta corresponder a uma indemnização equivalente a 30 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade ou fracção.

2 - Independentemente da antiguidade do trabalhador, a indemnização nunca pode ser inferior a três meses de retribuição base e diuturnidades.

3 - No caso de contrato a termo, a indemnização prevista nos números anteriores não pode ser inferior à quantia correspondente às retribuições vincendas.

Secção VI

Denúncia

Cláusula 77.^a**Rescisão do contrato de trabalho por parte do trabalhador com aviso prévio**

1 - O trabalhador tem direito a rescindir o contrato individual de trabalho por decisão unilateral, devendo comunicá-lo à empresa por escrito com aviso de dois meses.

2 - No caso do trabalhador ter menos de dois anos completos de serviço, o aviso prévio será de um mês.

3 - Se o trabalhador não cumprir total ou parcialmente o prazo de aviso prévio, pagará à entidade patronal, a título de indemnização, o valor da retribuição correspondente ao período de aviso prévio em falta.

Cláusula 78.^a**Não produção de efeitos da declaração de cessação do contrato**

1 - A declaração de cessação do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador, tanto por resolução como por denúncia pode por este ser revogada por qualquer forma até ao 7.º dia seguinte à data em que chega ao poder do empregador.

2 - No caso de não ser possível assegurar a recepção da comunicação prevista no número anterior, o trabalhador deve remetê-la ao empregador, por carta registada com aviso de recepção, no dia útil subsequente ao fim desse prazo.

**JORNAL OFICIAL**Cláusula 79.^a**Reestruturação dos serviços**

Nos casos em que a melhoria tecnológica ou reestruturação dos serviços tenham como consequências o desaparecimento de determinados postos de trabalho, a empresa assegurará aos trabalhadores que neles prestem serviços e que transitem para novas funções toda a preparação necessária suportando os encargos dela decorrentes.

Cláusula 80.^a**Encerramento temporário ou diminuição de laboração**

1 - No caso de encerramento temporário do estabelecimento ou dependências, ou diminuição de laboração, os trabalhadores manterão todos os direitos consignados neste contrato.

2 - O disposto nesta Cláusula é extensivo a quaisquer outros casos em que o trabalhador não possa executar o serviço por facto imputável à entidade patronal ou por razões de interesse desta.

3 - Se o encerramento se tornar definitivo, a partir da respectiva data aplica-se o disposto na Cláusula seguinte.

Cláusula 81.^a**Encerramento definitivo**

1 - Em caso de encerramento definitivo do estabelecimento e ou dependências, quer seja de exclusiva iniciativa da entidade patronal, quer seja ordenado pelas entidades competentes, os contratos de trabalho caducam, excepto se a entidade patronal puder conservar ao seu serviço os trabalhadores noutro ou noutros estabelecimentos.

2 - No caso dos contratos de trabalho caducarem, os trabalhadores têm, porém, direito à indemnização fixada na cláusula 76.^a.

Cláusula 82.^a**Alteração de entidade patronal**

1 - Em caso de transmissão de exploração, fusão, nacionalização, incorporação ou constituição de nova empresa segundo qualquer critério a partir da(s) existente(s), a ela(s) associada(s) ou não, mantém-se os contratos de trabalho com os trabalhadores atingidos bem como os direitos alcançados neste contrato colectivo de trabalho, salvo regime mais favorável.

2 - As novas entidades patronais são solidariamente responsáveis pelo cumprimento dos contratos de trabalho ainda que se trate de trabalhadores cujo contrato haja cessado desde que reclamados pelos interessados até ao momento de transmissão.

**JORNAL OFICIAL**

3 - Para efeitos do número anterior, deve a nova entidade patronal durante os trinta dias anteriores (à operação) fazer afixar um aviso nos locais de trabalho no qual se dê conhecimento aos trabalhadores que devem reclamar os seus créditos.

4 - Em qualquer dos casos previstos no n.º 1, desta cláusula são uniformizadas as condições de prestações de trabalho existentes para os trabalhadores de cada categoria no prazo de três meses.

CAPITULO IX**Disciplina**

Cláusula 83

Infracção disciplinar

1 - Considera-se infracção disciplinar o facto voluntário, doloso ou culposos, que viola por acção ou omissão, os deveres específicos decorrentes da lei e deste CCT.

2 - Sob pena de caducidade, o procedimento disciplinar deve exercer-se nos trinta dias subsequentes aqueles em que a alegada infracção foi do conhecimento da entidade patronal.

Cláusula 84.^a**Sanções disciplinares**

A entidade patronal pode aplicar, dentro dos limites fixados na cláusula 83.^a as seguintes sanções disciplinares, sem prejuízo dos direitos e garantias gerais dos trabalhadores:

- a) Repreensão;
- b) Repreensão registada;
- c) Sanção pecuniária;
- d) Suspensão do trabalho com perda de retribuição;
- e) Despedimento sem qualquer indemnização ou compensação;

Cláusula 85.^a**Proporcionalidade**

A sanção disciplinar deve ser proporcional à gravidade da infracção e à culpabilidade do infractor, não podendo aplicar-se mais de uma pela mesma infracção.

**JORNAL OFICIAL**Cláusula 86.^a**Limites às sanções disciplinares**

- 1 - As sanções pecuniárias aplicadas a um trabalhador por infracções praticadas no mesmo dia não podem exceder um terço da retribuição diária, e, em cada ano civil, a retribuição correspondente a 30 dias.
- 2 - A perda de dias de férias não pode pôr em causa o gozo de 20 dias úteis de férias.
- 3 - A suspensão do trabalho não pode exceder por cada infracção 30 dias e, em cada ano civil, o total de 90 dias.

Cláusula 87.^a**Procedimento**

- 1 - A sanção disciplinar não pode ser aplicada sem audiência prévia do trabalhador.
- 2 - Sem prejuízo do correspondente direito de acção judicial, o trabalhador pode reclamar para o escalão hierarquicamente superior na competência disciplinar àquele que aplicou a sanção ou, a qualquer outro mecanismo de conflitos, previstos na Lei.
- 3 - Iniciado o procedimento disciplinar, pode o empregador suspender o trabalhador, se a presença deste se mostrar inconveniente, mas não lhe é lícito suspender o pagamento da retribuição.

Cláusula 88.^a**Aplicação da sanção**

- 1 - A aplicação da sanção só pode ter lugar nos três meses subsequentes à decisão.
- 2 - Sem prejuízo do n.º 1 a aplicação da sanção de perda de dias de férias, ocorrerá no primeiro período de férias que o trabalhador gozar.

Cláusula 89.^a**Sanções abusivas**

- 1 - Considera-se abusiva a sanção disciplinar motivada pelo facto de o trabalhador:
 - a) Haverem reclamado legitimamente contra as condições do trabalho;
 - b) Recusarem-se a cumprir ordens a que não devam obediência nos termos deste contrato e da lei geral;
 - c) Exercer ou candidatar-se a funções em organismos de representação de trabalhadores;
 - d) Em geral, exercer, ter exercido, pretender exercer ou invocar os direitos e garantias que lhe assistam.



2 - Até prova em contrário, presume-se abusiva a aplicação de qualquer sanção sob a aparência de punição de outra falta, quando tenha lugar até seis meses após qualquer dos factos mencionados nas alíneas *a)*, *b)* e *d)* do número anterior, ou até dois anos após o termo das funções referidas na alínea *c)*, ou da data da apresentação da candidatura a essas funções quando as não venha a exercer, se já então, num ou noutro caso, o trabalhador servia a mesma entidade.

Cláusula 90.^a

Consequências de Despedimento Ilícito

1 - O despedimento do trabalhador promovido pela Entidade Patronal que venha a ser declarado ilícito confere àquele o direito a ser reintegrado com todos os direitos e obrigações, caso não opte por uma indemnização substitutiva equivalente a 30 (trinta) dias de retribuição por cada ano de antiguidade ou fracção, sem prejuízo de outras consequências previstas no Código do Trabalho.

2 - O valor mínimo da indemnização substitutiva previsto no número anterior é o equivalente a três meses de retribuição.

3 - O empregador que aplicar alguma sanção abusiva nos casos previstos nas alíneas do n.º 1 da cláusula anterior fica obrigado a indemnizar o trabalhador nos termos gerais, com as alterações constantes dos números seguintes.

4 - Se a sanção consistir no despedimento, o trabalhador tem o direito de optar entre a reintegração e uma indemnização correspondente a sessenta dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano ou fracção de antiguidade.

5 - Tratando-se de sanção pecuniária ou suspensão, a indemnização não deve ser inferior a 10 vezes a importância daquela ou da retribuição perdida.

6 - O empregador que aplicar alguma sanção abusiva no caso previsto na alínea *c)* do n.º 1 da cláusula anterior, indemniza o trabalhador nos seguintes termos:

a) Os mínimos fixados no número anterior são elevados para o dobro;

b) Em caso de despedimento, a indemnização é calculada no fixado n.º 4 desta cláusula e nunca poderá ser inferior à retribuição base e diuturnidades correspondentes a 12 meses de serviço

Cláusula 91.^a

Processo disciplinar

1 - Qualquer facto, circunstância ou situação que a entidade patronal, considere susceptível de originar a aplicação de sanção disciplinar deverá esta observar o estipulado na lei e neste contrato.

**JORNAL OFICIAL**

2 - Qualquer sanção, à excepção da repreensão, aplicada sem existência ou irregularidade de processo disciplinar é considerada nula e abusiva nos termos deste contrato, para além de obrigar a empresa a indemnizar o trabalhador por eventuais prejuízos ou danos morais nos termos gerais de direito.

Cláusula 92.^a

Nota de Culpa

1 - Em qualquer processo disciplinar, o empregador comunica, por escrito, ao trabalhador que tenha incorrido na respectiva infracção a sua intenção de proceder disciplinarmente em conformidade com o estipulado neste contrato e na Lei, juntando nota de culpa com a descrição circunstanciada dos factos que lhe são imputáveis.

2 - Na mesma data é remetida ao Sindicato, cópia daquela comunicação e nota de culpa, se o trabalhador for sindicalizado, ou se for dirigente sindical.

3 - A comunicação da nota de culpa ao trabalhador interrompe a contagem dos prazos estabelecidos na cláusula 83.^a.

4 - A suspensão a que se refere o número anterior pode ser determinada 30 dias antes da notificação da nota de culpa, desde que o empregador, por escrito, justifique que, tendo em conta indícios de factos imputáveis ao trabalhador, a sua presença na empresa é inconveniente, nomeadamente para a averiguação de tais factos, e que não foi ainda possível elaborar a nota de culpa.

Cláusula 93.^a

Resposta à nota de culpa

O trabalhador dispõe de 10 dias úteis para consultar o processo e responder à nota de culpa, deduzindo por escrito os elementos que considere relevantes para o esclarecimento dos factos e da sua participação nos mesmos, podendo juntar documentos e solicitar as diligências probatórias que se mostrem pertinentes para o esclarecimento da verdade.

CAPITULO X**Protecção Social**

Cláusula 94.^a

Contribuições

1 - As empresas e os trabalhadores abrangidos pela presente convenção contribuirão para a Segurança Social nos termos estabelecidos na lei e nos respectivos estatutos, constituindo-se beneficiários de pleno direito às prestações aí previstas.

2 - Sempre que os trabalhadores não tenham acesso às prestações que lhe seriam devidas por o empregador não ter efectuado os respectivos descontos e até ao efectivo pagamento à

**JORNAL OFICIAL**

segurança social, será o empregador responsável pelo pagamento das prestações em causa e dentro do prazo a que os trabalhadores a elas teriam direito, até as mesmas serem assumidas pela segurança social.

3 - No caso previsto no número anterior e tratando-se de doença ou acidente de trabalho, o trabalhador terá direito à retribuição completa durante o período de ausência.

Cláusula 95.^a

Reforma

Atingindo o trabalhador 65 anos de idade, podem as partes acordar na reforma, desde que a entidade patronal garanta um total de 80% do último vencimento auferido como pensão.

§ único - A diferença entre o montante da pensão efectivamente paga pela Caixa Nacional de Pensões e os 80% do último vencimento é suportado pela entidade patronal.

Cláusula 96.^a

Complemento de subsídio de acidente de trabalho ou doença profissional

1 - Em caso de incapacidade parcial ou absoluta para o trabalho proveniente de doença profissional ao serviço da empresa, esta diligenciará a reconversão do trabalhador afectado para função compatível com as diminuições verificadas.

2 - No caso de incapacidade temporária absoluta por acidente de trabalho, a entidade empregadora pagará durante um período de até 180 dias por ano, seguidos ou interpolados, a diferença entre a retribuição líquida e a comparticipação da Companhia Seguradora a que o trabalhador tenha direito.

3 - A retribuição dos complementos mencionados nos números anteriores cessará quando o trabalhador passar à situação de incapacidade permanente ou retomar o serviço.

4 - As prestações complementares previstas no n.º 1 serão pagas na data do vencimento da retribuição.

CAPITULO XI**Condições particulares de trabalho**

Cláusula 97.^a

Licença por maternidade

1 - A trabalhadora tem direito a uma licença por maternidade de 120 dias consecutivos, 90 dos quais necessariamente a seguir ao parto, podendo os restantes ser gozados, total ou parcialmente, antes ou depois do parto.

2 - No caso de nascimentos múltiplos, o período de licença previsto no número anterior é acrescido de 30 dias por cada gemelar além do primeiro.

**JORNAL OFICIAL**

3 - Nas situações de risco clínico para a trabalhadora ou para o nascituro, impeditivo do exercício de funções, independentemente do motivo que determine esse impedimento, caso não lhe seja garantido o exercício de funções ou local compatíveis com o seu estado, a trabalhadora goza do direito a licença, anterior ao parto, pelo período de tempo necessário para prevenir o risco, fixado por prescrição médica, sem prejuízo da licença por maternidade prevista no n.º 1.

4 - É obrigatório o gozo de, pelo menos, seis semanas de licença por maternidade a seguir ao parto.

5 - Em caso de internamento hospitalar da mãe ou da criança durante o período de licença a seguir ao parto, este período é suspenso, a pedido daquela, pelo tempo de duração do internamento.

6 - A licença prevista no n.º 1, com a duração mínima de 14 dias e máxima de 30 dias, é atribuída à trabalhadora em caso de aborto espontâneo.

Cláusula 98.^a

Licença por Paternidade

1 - O pai tem direito a uma licença por paternidade de cinco dias úteis, seguidos ou interpolados, que são obrigatoriamente gozados no primeiro mês a seguir ao nascimento do filho.

2 - O pai tem ainda direito a licença, por período de duração igual àquele a que a mãe teria direito nos termos do n.º 1 do artigo anterior, ou ao remanescente daquele período caso a mãe já tenha gozado alguns dias de licença, nos seguintes casos:

- a) Incapacidade física ou psíquica da mãe, e enquanto esta se mantiver;
- b) Morte da mãe;
- c) Decisão conjunta dos pais.

3 - No caso previsto na alínea b) do número anterior o período mínimo de licença assegurado ao pai é de 30 dias.

4 - A morte ou incapacidade física ou psíquica da mãe não trabalhadora durante o período de 120 dias imediatamente a seguir ao parto confere ao pai os direitos previstos nos n.ºs 1 e 2.

Cláusula 99.^a

Trabalhadores menores

O regime estabelecido para o trabalho de menores é o que está definido, previsto ou a prever na Lei.

**JORNAL OFICIAL**Cláusula 100.^a**Direitos dos trabalhadores estudantes**

O regime estabelecido para os trabalhador estudante é o que está definido, previsto ou a prever na Lei.

CAPÍTULO XII**Segurança, higiene e saúde no trabalho**Cláusula 101.^a**Princípios Gerais**

1 - Todos os trabalhadores, independentemente do vínculo laboral que tenham celerado com o empregador, têm direito à prestação de trabalho em condições de segurança, higiene e saúde.

2 - O empregador é obrigado a assegurar aos trabalhadores condições de segurança, higiene e saúde em todos os aspectos relacionados com o trabalho, devendo para isso, organizar todas as actividades de segurança, higiene e saúde que visem a prevenção dos riscos profissionais e a promoção da saúde dos trabalhadores.

3 - Para efeitos do número anterior, o empregador aplicará todas as medidas necessárias, tendo em conta as políticas, os princípios e as técnicas previstas na lei.

4 - Para aplicação das medidas necessárias, o empregador deverá assegurar o funcionamento de um serviço de segurança, higiene e saúde, dotado de pessoal certificado e de meios adequados e eficazes, tendo em conta os riscos profissionais existentes nos locais de trabalho.

Cláusula 102.^a**Obrigações gerais do trabalhador**

1 - Constituem obrigações do trabalhador:

- a) Cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais e em instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, bem como as instruções determinadas com esse fim pelo empregador;
- b) Zelar pela sua segurança e saúde, bem como pela segurança e saúde das outras pessoas que possam ser afectadas pelas suas acções ou omissões no trabalho;
- c) Cooperar, na empresa, estabelecimento ou serviço, para a melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho;

**JORNAL OFICIAL**

2 - As medidas e actividades relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho não implicam encargos financeiros para os trabalhadores, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar e civil emergente do incumprimento culposo das respectivas obrigações.

3 - As obrigações dos trabalhadores no domínio da segurança e saúde nos locais de trabalho não excluem a responsabilidade do empregador pela segurança e a saúde daqueles em todos os aspectos relacionados com o trabalho.

Cláusula 103.^a**Obrigações gerais do empregador**

1 - O empregador é obrigado a assegurar aos trabalhadores condições de segurança, higiene e saúde em todos os aspectos relacionados com o trabalho.

2 - Para efeitos do número anterior, constituem, designadamente, obrigações do empregador as seguintes:

a) Respeitar e fazer respeitar a legislação aplicável à segurança, higiene e saúde nos locais de trabalho;

b) Prover os locais de trabalho dos requisitos indispensáveis a uma adequada prevenção de acidentes e doenças profissionais, para tanto, recorrendo aos meios técnicos e humanos mais convenientes, assegurando que as exposições aos agentes químicos, físicos e biológicos nos locais de trabalho não constituam risco para a saúde do trabalhador;

c) As empresas devem, para isso, assegurar o funcionamento de um serviço de segurança, higiene e saúde dotado de pessoal certificado e de meios adequados e eficazes, tendo em conta os riscos profissionais existentes nos locais de trabalho.

Cláusula 104.^a**Comissões de higiene – Segurança**

1 - Com o objectivo de criar um espaço de diálogo e concertação social, ao nível da empresa, para as questões de segurança, higiene e saúde nos locais de trabalho, é criada uma Comissão paritária de higiene e segurança no trabalho, observando-se a regra da proporcionalidade quanto aos resultados do acto de eleição dos representantes de SHST.

2 - A Comissão será constituída por representantes dos trabalhadores e da entidade empregadora, em número paritário, de acordo com o que está determinado na Lei.

3 - Os representantes dos trabalhadores são eleitos pelos trabalhadores, por voto directo e secreto.

4 - Só podem concorrer listas apresentadas pelas organizações sindicais que tenham trabalhadores representados na empresa ou listas que se apresentem subscritas, no mínimo,

**JORNAL OFICIAL**

por 20% dos trabalhadores da empresa, não podendo nenhum trabalhador subscrever ou fazer parte de mais de uma lista.

5 - O mandato dos representantes dos trabalhadores é de 3 anos.

6 - Os representantes dos trabalhadores dispõem para o exercício das suas funções, de um crédito de cinco horas por mês, não acumulável com créditos de horas por integrar estruturas representativas dos trabalhadores.

Cláusula 105.^a

Regulamento de Segurança e Higiene no Trabalho

O empregador assegurará, obrigatoriamente, aos trabalhadores ao seu serviço boas condições de segurança e higiene, disposições a constar em regulamento específico, acordado entre as partes.

Cláusula 106.^a

Prevenção do álcool e drogas

1 - Durante o período normal de trabalho, não é permitida a venda de bebidas alcoólicas nas instalações da empresa, nem o seu consumo, dentro ou fora, das referidas instalações.

2 - A empresa, com a participação do Sindicato, deverá promover acções de sensibilização e prevenção contra o uso/abuso de álcool e drogas no meio laboral.

3 - A empresa deve proceder à avaliação de riscos relativos às condições de trabalho que poderão potenciar os consumos.

CAPITULO XIII**Comissão Paritária**

Cláusula 107.^a

Constituição e funcionamento

1 - Até trinta dias da entrada em vigor deste contrato colectivo de trabalho é constituída uma Comissão Paritária composta por dois elementos representando os trabalhadores e outros dois representando as entidades patronais.

2 - Haverá por cada membro efectivo um suplente, que substituirá o efectivo nos seus impedimentos.

3 - Os membros da Comissão Paritária são eleitos ou designados pelas Associações que os representam.

4 - A Comissão Paritária tem por funções a interpretação e integração das lacunas verificadas neste contrato.

**JORNAL OFICIAL**

5 - A Comissão Paritária reunirá sempre que for convocada por qualquer das partes outorgantes neste contrato.

6 - Compete às partes assegurar o funcionamento e o expediente e ordenar as diligências necessárias para a obtenção dos fins a atingir.

7 - A Comissão Paritária só pode deliberar desde que esteja presente metade dos membros efectivos representantes de cada parte.

8 - As deliberações tomadas por unanimidade pela Comissão Paritária consideram-se, para todos os efeitos, como regulamentação do presente contrato e são aplicáveis automaticamente às entidades patronais e aos trabalhadores abrangidos pelas portarias de alargamento do âmbito do contrato sendo depositadas e publicadas nos mesmos termos do contrato.

CAPITULO XIV**Disposições gerais e transitórias**Cláusula 108.^a

1 - Da aplicação do presente contrato não poderão resultar quaisquer prejuízos para os trabalhadores, designadamente baixa ou mudança de categoria ou classe, bem como a diminuição de retribuição, comissões ou outras regalias de carácter regular ou permanente que já estejam a ser praticadas com a empresa.

2 - O regime contido neste CCT é considerado mais favorável aos trabalhadores do sector do que o resultante de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho anteriormente aplicáveis, e publicados no Jornal Oficial abaixo indicados:

- N.º 13, IV Série, de 19 de Julho de 2001;
- N.º 15, IV Série, de 16 de Agosto de 2002;
- N.º 21, IV Série, de 31 de Julho de 2003;
- N.º 9, IV Série, de 12 de Agosto de 2004;
- N.º 9, IV Série, de 20 de Abril de 2006;
- N.º 14, IV Série, de 24 de Maio de 2007;
- N.º 53, II Série, de 17 de Março de 2008;

Cláusula 109.^a**Força vinculativa dos anexos e notas do contrato**

Os anexos e notas respectivas ao presente contrato obrigam as entidades patronais e os trabalhadores abrangidos no mesmo modo que o próprio contrato, dele se considerando para todos os efeitos, parte integrante.

ANEXO I

Definição de funções das categorias profissionais

1 – Profissionais de escritório:

Chefe de Escritório e Director de Serviços – O profissional que superintende em todos os serviços de escritório, tendo sob as suas ordens dois ou mais Chefes de Serviços ou apenas dois ou mais Chefes de Secção.

Chefe de Serviços-Departamento – O profissional que, na dependência do Chefe de Escritório, dirige um departamento dos serviços, tendo sob as suas ordens, normalmente dois Chefes de Secção.

Chefe de Contabilidade ou Contabilista – O profissional que dirige a secção de contabilidade, quando esta não constitui um departamento principal dos serviços. Organiza e dirige os serviços de contabilidade e dá conselhos de natureza contabilística estuda a planificação dos circuitos contabilísticos; elabora o plano de contas a utilizar para a obtenção dos elementos mais adequados à gestão económico-financeira e cumprimento da legislação comercial e fiscal; supervisiona a escrituração dos registos e livros de contabilidade, coordenando, orientando e dirigindo, fornece os elementos contabilísticos necessários à definição da política orçamental e organiza e assegura o controle da execução do orçamento. Enfim, supervisiona e orienta toda a actividade contabilística da empresa.

Tesoureiro – O profissional que dirige a tesouraria em escritório em que haja secção própria, tendo a responsabilidade dos valores de caixa que lhe são confiados; verifica os totais indicados pelas diversas caixas e confere as existências das mesmas; prepara os fundos para serem depositados nos bancos e toma as disposições necessárias para levantamentos; verifica periodicamente se o montante dos valores em caixa coincide com o que os livros indicam. Pode, por vezes, autorizar certas despesas e executar outras tarefas relacionadas com as operações financeiras. Tem ajudantes sob as suas ordens.

Programador de Computador – É o trabalhador que estabelece programas que se destinam a comandar as operações de tratamento automático da informação por computador; recebe as especificações e instruções preparadas pelo analista de informática; incluindo todos os dados elucidativos dos objectivos a atingir; prepara os ordinogramas e procede à codificação dos programas; escreve instruções para o computador; procede a testes para verificar a validade

**JORNAL OFICIAL**

dos programas e introduz-lhes alterações sempre que necessário; apresenta os resultados obtidos sob a forma de mapas, cartões perfurados, suportes magnéticos ou por outros processos; prepara e fornece instruções escritas para o pessoal encarregado de operar com os computadores. Esta categoria profissional pressupõe a prática de programação destinada a equipamento electrónico de tratamento automático da informação.

Chefe de Secção ou Sector – O profissional que coordena, dirige e fiscaliza o trabalho de um grupo de profissionais ou dirige um grupo de trabalhadores ou tem sob a sua direcção um serviço específico.

Guarda-Livros – O profissional que sob a direcção imediata do contabilista se ocupa da escrituração de registos ou de livros de contabilidade, gerais ou especiais, analíticos ou sintéticos, selados ou não selados, executando, nomeadamente, trabalhos contabilísticos relativos ao balanço anual e apuramento de resultados da exploração e do exercício.

Pode colaborar nos inventários das existências; prepara ou manda preparar extractos de contas simples ou com juros e executar outros trabalhos conexos. Não havendo secção própria de contabilidade, superintende naqueles serviços e tem a seu cargo a elaboração dos balanços e escrituração dos livros selados ou é responsável pela boa ordem e execução destes trabalhos.

Empregado do Serviço de Pessoal – O profissional que atende os candidatos às vagas na empresa, informando-os das condições de admissão, e faz o registo do respectivo pessoal; prepara para os novos trabalhadores as fichas biográficas e fichas de assiduidade, onde inscreve anotações relativas a promoções, prémios, castigos, faltas, dos respectivos chefes sobre o trabalhador; arquiva as informações dos respectivos chefes sobre o trabalho dos subordinados. Trata de todo o expediente relativo a assuntos de pessoal com as entidades públicas ou privadas, nomeadamente caixas de previdência, secções de finanças, sindicatos e companhias de seguros; ocupa-se dos pedidos de informação e da correspondência relacionada com os antecedentes do pessoal, podendo ainda passar certificados aos trabalhadores que deixem a empresa. Acompanha os processos que correm por qualquer tribunal ou repartição.

Empregado dos Serviços do Planeamento e Produção – O profissional que faz os registos dos produtos fabricados e estabelece os planos de produção segundo as encomendas; compila e confronta os relatórios da produção; estuda as encomendas e prepara planos indicando a quantidade e o género de artigos a produzir. E por vezes, encarregado de avaliar o ritmo da produção e comunicar aos clientes e oficialar a data da execução da encomenda; faz algumas vezes, registos dos materiais utilizados.

Correspondente em Línguas Estrangeiras – O profissional que redige cartas e quaisquer outros documentos de escritório, em línguas estrangeiras, dando-lhes seguimento apropriado lê o correio recebido, e se for necessário, junta-lhe a correspondência anterior sobre o mesmo assunto; estuda documentos e informa sobre a matéria em questão ou recebe instruções

**JORNAL OFICIAL**

definidas com vista à resposta; redige textos, faz rascunhos de cartas dita-as ou dactilografa-as. Pode ser encarregado de se ocupar de outros processos.

Empregado do Serviço de Cálculo de Custos – O profissional que calcula o custo dos salários, matérias-primas, despesas gerais e outros custos de exploração a partir de dados colhidos para este fim; calcula as despesas referentes aos diversos sectores da empresa ou da organização interessada e apresenta as informações obtidas na forma requerida. Prepara, em certos casos, relatórios indicando os custos totais, preços de venda e lucros.

Empregado de Serviço de Expedição e Recepção de Mercadorias – O profissional que fiscaliza a expedição ou a recepção de mercadorias ou participa nesta função e regista as expedições ou recepções efectuadas; examina as características das mercadorias a expedir; estuda os horários e tarifas e resolve qual o melhor meio de transporte a utilizar; assegura-se de que as remessas têm o endereço correcto e estão prontas para a expedição; faz registos de expedição e recepção; ocupa-se de diversos assuntos, especialmente de seguros, despachos na Alfândega, levantamento das mercadorias, seu transporte e entrega, verifica a concordância entre os desembarques e os conhecimentos recebidos e outros documentos; anota os danos e perdas e toma as disposições necessárias para a entrega das mercadorias aos seus destinatários. E por vezes, encarregado de empacotar certos artigos para expedição. E por vezes especializado e por ser designado segundo o género de mercadorias de que se ocupa, a natureza dos trabalhos que efectua ou o meio de transporte utilizado, tais como agente de tráfego de serviço aéreo e despachante de escritório.

Empregado de Serviços de Registo de Existência – O profissional que faz os registos das existências e verifica as quantidades de mercadorias existentes numa empresa; examina as ordens de entrega ou de saída e faz nos livros os registos necessários; calcula as existências nos diferentes departamentos, estuda relatórios de produção, os registos de vendas ou outros registos avalia as necessidades futuras; faz requisições para completar as existências. E por vezes, encarregado de fiscalizar periodicamente a conformidade dos registos e existências e verificar os inventários que outros trabalhadores elaboram.

Escriturário – Executa várias tarefas, que variam consoante a natureza e importância do escritório onde trabalha, redige relatórios, cartas, notas informativas e outros documentos, manualmente ou à máquina, dando-lhes o seguimento apropriado; dactilografa em papel ou outras matérias, dactilografa cartas, notas e textos análogos baseados em documentos escritos ou informações que lhe são ditadas ou comunicadas por outro meio, efectua à máquina cópias de documentos existentes, imprime, por vezes, papel-cera (Stencil) com vista à reprodução de textos; examina o correio recebido, separa-o, classifica-o, compila os dados que são necessários para preparar as respostas; elabora, ordena ou prepara os documentos relativos à encomenda, distribuição e regularização das compras e vendas, recebe pedidos de informações e transmite-os à pessoa ou serviço competente; põe em caixa os pagamentos de contas e entrega de recibos; escreve em livros as receitas e as despesas, assim como outras

**JORNAL OFICIAL**

operações contabilísticas, estabelece o extracto das operações efectuadas e de outros documentos para informação da Direcção, ordena e arquiva notas de livranças, recibos, cartas e outros documentos e elabora dados estatísticos. Acessoriamente, nota em estenografia, escreve à máquina e opera com máquinas de escritório. Pode ainda efectuar, fora do escritório, serviço de informação de entrega de documentos e de pagamentos necessários ao andamento de processos em tribunais ou repartições públicas, em caso de não haver secção de contencioso.

Caixa de Serviços Financeiros – O profissional que tem a seu cargo as operações de caixa e registo das contas relativas a transacções a pronto pagamento respeitantes à gestão de um negócio; recebe numerário e verifica se a sua importância corresponde à indicada nas notas de venda ou nos recibos, recebe cheques prepara os fundos destinados a serem depositados no banco e toma disposições necessárias para os levantamentos; prepara os subscritos segundo as folhas de pagamento. Pode, por vezes, executar diversas outras tarefas relacionadas com as transacções financeiras.

Ajudante de Guarda-Livros – O profissional que sob a direcção e responsabilidade imediata do Guarda-Livros ou de quem desempenhe estas funções, e com vista a auxiliá-lo, executa várias tarefas relacionadas com a escrituração de registos ou de livros de contabilidade.

Operador de Sistemas Informáticos – Proceda à operação de tratamento automático da informação, utilizando para isso as técnicas próprias da exploração de computadores e de quaisquer outras unidades periféricas, nomeadamente: estuda as rotinas de operação; processa de acordo com o planeado, as aplicações previstas; supervisiona de um modo genérico a execução dos trabalhos; controla as cargas do sistema e coordena a operação; opera com as diferentes máquinas; sempre que a máquina o necessitar, toma decisões sobre o procedimento a seguir, tendo em conta o carácter do serviço e os seus objectivos, assim como a segurança das instalações; executa as operações necessárias para a manutenção do equipamento; informa de uma maneira clara e precisa sobre todos os incidentes surgidos e procura detectar se a sua origem provém da máquina, do sistema de exploração ou dos programas e executa a recolha e preparação de dados informáticos.

Classificador Arquivista – O profissional que classifica e arquiva sistematicamente em processos a correspondência, facturas, recibos e outros documentos; examina os documentos a arquivar; separa-os e coloca-os em arquivos, numerando os processos; retira os documentos pedidos e mantém o registo das pessoas que o retêm; completa ou modifica as informações constantes dos processos. Pode ser designado segundo o sistema de arquivo ou a natureza dos documentos classificados.

Empregado de Serviços de Cálculo e Pagamento de Salários – O profissional que regista as horas de trabalho efectuadas por cada assalariado e calcula os salários a pagar; elabora o registo de horas de chegada e de saída dos trabalhadores e calcula as horas de trabalho efectuadas por cada assalariado, calcula a remuneração com base nas horas de trabalho efectuadas, número de peças produzidas, prémios ganhos e outros factores; inscreve os

**JORNAL OFICIAL**

montantes nas folhas de pagamento com o nome dos trabalhadores, taxas de remuneração e outras informações. Pode distribuir subscritos de pagamento.

Ajudante de Tesoureiro – O profissional que sob a direcção e responsabilidade directa do tesoureiro ou de quem desempenha estas funções, e com vista a auxiliá-lo, executa várias tarefas relacionadas com as de tesoureiro.

Secretário(a) de Direcção – Ocupa-se do secretariado específico da administração ou direcção de empresa. Entre outras, competem-lhe normalmente as seguintes funções: redigir actas das reuniões de trabalho; assegurar por sua própria iniciativa o trabalho de rotina diária do gabinete; providenciar pela realização das assembleias-gerais, reuniões de trabalho, contratos, escrituras, podendo ainda desempenhar outras funções relacionadas com a sua actividade.

Estagiário de Escriurário ou de Operador de Sistemas Informáticos – O profissional que faz a sua aprendizagem para escriurário ou operador de Sistemas Informáticos.

Dactilógrafo – O profissional que dactilografa em papel ou outras matérias, dactilografa cartas, notas e textos análogos baseados em documentos escritos ou informações que lhe são ditados ou comunicados por outro meio, efectua à máquina cópias de documentos existentes; imprime, por vezes, papel-cera (stencil) com vista à reprodução de textos. Acessoriamente pode executar serviços de arquivo, registos ou cópias de correspondência.

Telefonista – O profissional que presta serviços numa central telefónica, transmitindo aos telefones internos as chamadas recebidas e estabelecendo ligações internas ou para o exterior. Responde, se necessário, a pedidos de informações telefónicas. Acessoriamente pode executar serviços de arquivo, registo ou cópia de correspondência. Os telefonistas serão classificados em 1.^a ou 2.^a classes, conforme trabalharem, respectivamente com aparelhos com capacidade superior a 16 postos suplementares, e 16 ou menos postos suplementares.

Contínuo/Cobrador – O profissional que desempenha em acumulação as funções próprias das categorias de contínuo e de cobrador.

Cobrador – O profissional que executa fora dos escritórios cobranças, pagamentos e depósitos, visita os devedores e cobra as importâncias em dívida, entregando-lhes os respectivos recibos; faz pagamentos a credores que visita e aceita os recibos; faz depósitos em bancos e outros estabelecimentos de crédito, entrega, a quem de direito, numerário recebido, recibos ou talões de depósito.

Apontador – O profissional que assiste à entrada e saída do pessoal; percorre os trabalhos para anotar faltas ou saídas; verifica as horas de presença do pessoal segundo as respectivas fichas do ponto; calcula, através das fichas de trabalho, os tempos consagrados à execução de tarefas determinadas; verifica se o conjunto de tempo indicado nas fichas de trabalho corresponde às horas de presença.

**JORNAL OFICIAL**

Recepcionista – O profissional que recebe clientes dá explicações sobre os artigos, transmitindo indicações dos respectivos departamentos; assiste na portaria, recebendo e atendendo visitantes que pretendem encaminhar-se para a administração ou para funcionários superiores, ou atendendo outros visitantes com orientação das suas visitas e transmissão de indicações várias.

Contínuo – O profissional que executa diversos serviços em escritórios e repartições; anuncia visitantes, encaminha-os ou informa-os; faz recados; estampilha e entrega correspondência; executa diversos serviços análogos; faz, por vezes alguns serviços de limpeza geral ligeira. Pode ser designado por “Chefe de Pessoal menor” quando chefia e vigia os diferentes contínuos num organismo ou empresa, devendo neste último caso, ser necessariamente de ia classe.

Porteiro de Escritório – O profissional que atende os visitantes, informa-se das suas pretensões e anuncia ou indica-lhes os serviços a que se devem dirigir. Por vezes é incumbido de controlar as entradas e saídas de visitantes. Pode ainda ser encarregado da recepção de correspondência.

Servente de Limpeza – O profissional que procede à limpeza das instalações.

2 – Profissionais de comércio:

Gerente Comercial – O profissional que organiza e dirige um estabelecimento comercial por conta do comerciante. Organiza e fiscaliza o trabalho dos caixeiros ou vendedores; cuida da exposição das mercadorias, esforçando-se para que tenham um aspecto atraente; procura resolver as divergências que porventura surjam entre os clientes e os vendedores e dá as informações que lhe sejam pedidas; é responsável pelas mercadorias que lhe são confiadas; verifica a caixa e a existência.

Vendedor Encarregado e Operador Encarregado – O profissional que no estabelecimento substitui o patrão ou gerente comercial na ausência destes e se encontra apto a dirigir o serviço e o pessoal.

Vendedor Chefe de Secção – O profissional que coordena, dirige e fiscaliza o trabalho e as vendas numa secção do estabelecimento, com o mínimo de três profissionais.

Chefe de Compras – O profissional especialmente encarregado de apreciar e adquirir os artigos para o uso e venda no estabelecimento.

Inspector de Vendas – O profissional que inspecciona os serviços dos vendedores, vendedores ambulantes, de praça ou praticistas, visita os clientes e informa-se das suas necessidades; recebe as reclamações dos clientes; verifica a acção dos seus inspeccionados, pela nota de encomenda, auscultação da praça, programas cumpridos, etc. Pode, por vezes aceitar encomendas.

**JORNAL OFICIAL**

Encarregado de Armazém – O profissional que dirige os profissionais e toda a actividade do armazém, responsabilizando-se pelo bom funcionamento do mesmo.

Vendedor – O profissional que vende as mercadorias no comércio, por grosso ou a retalho; fala com os clientes no local de venda e informa-se do género de produtos que deseja; ajuda o cliente a efectuar a escolha do produto; enuncia o preço, cuida da embalagem do produto ou toma as medidas necessárias para a sua entrega; recebe encomendas, elabora notas de encomenda e transmite-as para execução. Poderá ainda fazer reposição de mercadorias excepto nos casos de Supermercados e Hipermercados. São também considerados vendedores os profissionais adstritos a estabelecimentos de aluguer de cassetes de vídeo. E por vezes, encarregado de fazer o inventário periódico das existências. Pode ser designado como 1.º, 2.º ou 3.º Vendedor.

Técnico de Manutenção-Informática - Efectua a instalação, a manutenção, a demonstração e a formação do software do cliente, bem como procede à análise de pequenas alterações que expõe ao programador; procede, utilizando programas-tipo fornecidos pelo construtor, ao início e à carga do sistema de exploração; testa o computador com programas de aplicação a fim de verificar o bom funcionamento do software e a sua compatibilidade com o equipamento; diagnostica, em caso de anomalia, o mau funcionamento do sistema informático, localizando as avarias de equipamento e de software; identifica e corrige os erros detectados servindo-se de mensagens transmitidas pelo computador e utilizando um ficheiro de erros próprios de cada software reportados e corrigidos pelo construtor; instala, quando for caso disso, novas versões do sistema de exploração; recolhe a informação disponível sobre as avarias que lhe são assinaladas pelo cliente; assegura a reparação das avarias assinaladas e efectua os ensaios respeitantes aos procedimentos de retoma da operação e da salvaguarda do software; redige relatórios assinalando as causas de cada avaria, assim como a duração de cada reparação e os procedimentos adoptados. Pode ser designado como Técnico de Manutenção-Informática de 1.ª, 2.ª ou 3.ª.

Prospector de Vendas ou Mercados – O profissional que verifica as possibilidades do mercado nos seus vários aspectos de preferência, poder aquisitivo e solvabilidade; observa os produtos quanto à sua aceitação pelo público e a melhor maneira de os vender; estuda os meios eficazes de publicidade de acordo com as características do público a que os produtos se destinam. Pode organizar exposições e aceitar encomendas.

Técnico de Vendas ou Vendedor Especializado – O profissional que vende no comércio por grosso ou a retalho, mercadorias que exijam conhecimentos especiais, fala com os clientes no local de venda, informa-os do género de produto que deseja e do preço aproximado que está disposto a pagar; auxilia o cliente a escolher, fazendo uma demonstração do artigo, se for possível, ou evidenciando as qualidades comerciais e vantagens do produto, salientando as características de ordem técnica; enuncia o preço e condições de crédito; recebe encomendas, elabora notas de encomenda e transmite-as para execução; cuida da exposição das mercadorias. Toma as medidas necessárias para a entrega do produto ou vigia a sua

**JORNAL OFICIAL**

embalagem. Por vezes recebe o pagamento ou faz pôr ao cliente a sua assinatura no contrato. Em certos casos, incumbe-se também do inventário periódico das existências. Pode ser designado segundo a natureza dos produtos de venda.

Vendedor Viajante – O profissional que solicita encomendas, promove vendas e vende mercadorias a retalhistas, industriais, instituições ou compradores por grosso, por conta da entidade patronal, viajando numa zona geográfica determinada, esforça-se por interessar os compradores eventuais, apresentando-lhes amostras ou catálogos, enaltecendo a qualidade dos produtos; enuncia os preços e condições de crédito; transmite as encomendas ao escritório central e envia relatórios sobre as transacções comerciais que efectuou; mantém-se ao corrente da variação dos preços e de outros factores que interessam ao mercado.

Ocupa-se por vezes de exposições ou de material publicitário e do preenchimento das facturas. Pode ser designado segundo o género de produto que vende e a categoria profissional, nomeadamente promotor de vendas.

Promotor de Vendas – O profissional que, actuando em pontos directos e indirectos do consumo, procede no sentido de esclarecer o mercado, com o fim específico de incrementar as vendas.

Vendedor de Praça – O profissional que promove vendas por conta da entidade patronal fora dos estabelecimentos, mas na área do concelho onde está instalada a sede da entidade patronal e concelhos limítrofes; ocupa-se das mesmas tarefas fundamentais que o vendedor viajante, mas dentro da área do concelho em que está estabelecida a sede e concelhos limítrofes.

Conferente – O profissional que procede à verificação das mercadorias e outros valores, controlando a sua entrada e saída.

Demonstrador – O profissional que faz demonstrações de artigos para vender em estabelecimentos comerciais por grosso ou a retalho, estabelecimentos industriais, exposições ou no domicílio, enaltece as qualidades do artigo, mostra a forma de utilização e esforça-se por estimular o interesse pela sua aquisição.

Operador de Máquinas – O profissional cuja actividade se processa manobrando ou utilizando máquinas. É designado, conforme a máquina que manobra ou utiliza, por: Operador de Empilhador, Operador de Monta Cargas, Operador de Ponto Móvel, etc.

Propagandista – O profissional encarregado de visitar os clientes para lhes expôr as vantagens da aquisição dos artigos para venda, explicando e acentuando as vantagens dos mesmos e fazendo distribuir folhetos, catálogos e amostras.

Fiel de Armazém – O profissional que superintende as operações de entrada e saída de mercadorias e ou materiais; executa ou fiscaliza os respectivos documentos; responsabiliza-se pela arrumação e conservação das mercadorias e/ou materiais; examina a concordância entre as mercadorias recebidas e as notas de encomenda, recebidos os outros documentos e toma

**JORNAL OFICIAL**

nota dos danos e perdas; orienta e controla a distribuição das mercadorias pelos sectores da empresa, utentes ou clientes, promove a elaboração de inventários; colabora com o superior hierárquico na organização material do armazém, podendo fazer notas de encomenda e pedidos de mercadoria.

Operador de Supermercados/Hipermercado – O profissional que, num supermercado ou hipermercado, desempenha as tarefas inerentes à recepção e conferência de mercadorias, sua marcação, transporte para locais de exposição e manutenção em boas condições de limpeza e apresentação; controla a saída de mercadorias vendida e recebimento do respectivo valor. Colabora nos inventários periódicos. Pode exercer as tarefas inerentes às funções atrás descritas em regime de adstrição a cada uma das funções ou em regime de rotação por todas as funções. Pode também proceder à reposição dos produtos nas prateleiras ou locais de vendas, receber encomendas e elaborar notas de encomenda.

Caixa – O profissional que recebe numerário em pagamento de mercadorias ou serviços no comércio a retalho ou outros estabelecimentos; verifica as somas devidas; recebe o dinheiro, passa o recibo ou bilhete, conforme o caso, e regista estas operações em folhas de caixa; recebe cheques.

Ajudante de Vendedor e Operador Ajudante – O profissional que faz o estágio para vendedor ou operador.

Vendedor Praticante – O profissional que está em regime de aprendizagem de algumas das tarefas profissionais que competem aos trabalhadores das categorias precedentes indicados, podendo, no entanto exercer outras funções não especificadas.

Aprendiz – O profissional que está em regime de aprendizagem geral.

Distribuidor – É o profissional com ou sem carta de condução não profissional, distribui as mercadorias a clientes ou a sectores de vendas.

Embalador – O profissional que acondiciona produtos diversos em embalagens, com vista à sua expedição ou armazenamento; embrulha mercadorias com papel, tecido ou qualquer outro material de envolvimento, segundo especificações recebidas; dobra, empilha e arruma pequenos artigos num recipiente, de acordo com a forma e natureza dos mesmos; dispõe grandes peças em caixas ou grades, manobrando se necessário, guas ou outros aparelhos de elevação, arruma-as e imobiliza-as, utilizando diversos materiais de travamento, fecha os recipientes com rolhas, tampões, cápsulas, fitas adesivas, cola, agrafos ou por outro processo. Pode ser chamado a limpar as superfícies dos artigos antes de os embalar e proteger os produtos contra a corrosão, estendendo sobre eles óleo grosso ou utilizando outra técnica de impermeabilização. Tem, por vezes, de consolidar a embalagem com aros metálicos, precintas, pregos, rebites ou cordéis, e de marcar, nas superfícies exteriores, o artigo contido, sua origem e destino ou outras indicações. Pode ser denominado conforme a natureza das embalagens utilizadas ou das mercadorias que acondiciona.

**JORNAL OFICIAL**

Rotulador Etiquetador – O profissional que aplica rótulos ou etiquetas nas embalagens para a sua conveniente identificação, utilizando métodos manuais ou mecânicos.

Operador de Máquinas de Embalar – O profissional que alimenta, vigia e assegura o funcionamento de uma máquina ou instalação mecânica utilizada no acondicionamento de produtos de várias naturezas, em sacos, garrafas, recipientes metálicos ou outros; introduz o produto a embalar nos depósitos da máquina ou instalação, manualmente ou accionando os comandos necessários; carrega os dispositivos apropriados com bobinas, garrafas, sacos, latas, cápsulas ou outro material de embalagem; regula, se necessário, os sistemas que comandam deslocamentos, velocidades, pressão, temperatura ou outros componentes do processo; põe a instalação em funcionamento e vigia o enchimento, envolvimento ou outras operações ou acciona comandos para a sua realização; transporta o produto embalado ou vigia a sua saída através de cintas rolantes; verifica a qualidade do trabalho executado; se necessário, pára a máquina e retira os recipientes que se apresentam com deficiências; limpa e lubrifica a máquina. Por vezes, procede a pequenas reparações. Pode ser denominado segundo o género de artigos acondicionados a natureza do material de embalagens ou a máquina com que opera.

Empregado de Serviço de Pesagem – O profissional que pesa as mercadorias entregues, recebidas, utilizadas ou fabricadas e mantém registos apropriados; coloca as mercadorias ou dirige a colocação nos estrados da balança ou noutros dispositivos de pesagem; lê a graduação do aparelho de pesagem. Tem em conta o peso da embalagem ou dos aparelhos de manutenção e anota esses elementos num registo; confronta os dados relativos às mercadorias pesadas e elabora os extractos e relatórios necessários.

Repositor – É o trabalhador que predominantemente procede ao transporte e colocação de produtos nas prateleiras ou expositores dos lugares de vendas, efectuando a sua reposição em caso de falha, escassez ou mau estado, e prepara a execução de notas de encomenda ou pedidos.

Servente – O profissional que executa tarefas não especificadas, não necessitando de qualquer formação nas quais predomina o esforço físico resultante do peso das mercadorias.

Servente de Limpeza – O profissional que procede à limpeza das instalações.

Costureira/Modista – É o profissional que confecciona diversas espécies de vestuário de homem, senhora e criança, cortando e cosendo manualmente e/ou à máquina o tecido ou cosendo as peças talhadas. Risca no tecido os contornos dos moldes, a fim de cortar as peças ou recebe-as cortadas; alinha as várias partes e cose-as à máquina; cose o cós, bolsos, botões e outros acessórios; forra o tecido, manualmente ou à máquina, quando for caso disso; engoma as peças se necessário.

Costureira – É o profissional adstrito a um estabelecimento comercial que executa à mão ou à máquina diversos trabalhos de costura, tais como arranjo à medida solicitada pelo cliente, de



JORNAL OFICIAL

confeções de homem, senhora e criança do próprio estabelecimento, engomando-os se necessário.

Ajudante de Costureira – É o profissional que faz o estágio para costureira.

Aprendiz de Costureira – É o profissional que está em regime de aprendizagem para ajudante de costureira.

Estagiário de Técnico de Manutenção-Informática – É o profissional que faz a sua aprendizagem para Técnico de Manutenção-Informática.

ANEXO II

Tabela salarial

Profissionais de escritório

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	GRUPO A	GRUPO B
I	Euros	Euros
Chefe de Escritório Director de Serviços	784.90	749.59
Chefe de Serviços ou Departamento	784.90	749.59
Chefe de Contabilidade	784.90	749.59
Tesoureiro	784.90	749.59
Programador de Computador	784.90	749.59
II		
Chefe de Secção ou Sector	724.88	681.35
Guarda-Livros	724.88	681.35
Empregado Serviço de Pessoal	724.88	681.35
Empregado Serviço Planeamento e Produção	724.88	681.35
III		
Correspondente Linguas Estrangeiras	675.45	644.86
Empregado Serviço Calculo de Custos	675.45	644.86
Empregado Serviço Exp.Rec. Mercadorias	675.45	644.86
Empregado Serviço Registo Existências	675.45	644.86
IV		
Primeiro Escrivão	669.57	635.45
Caixa de Serviços Financeiros	669.57	635.45
Ajudante de Guarda Livros	669.57	635.45
Operador de Sistemas Informáticos de 1ª	669.57	635.45
Classificador Arquivista	669.57	635.45
Empregado do Serviço Calculo Pag. Salários	669.57	635.45
Ajudante de Tesoureiro	669.57	635.45
Secretário(a) de Direcção	669.57	635.45
V		
Segundo Escrivão	618.96	578.96
Operador de Sistemas Informáticos de 2ª	618.96	578.96
VI		
Terceiro Escrivão	556.60	521.30
Estagiário de Op. de Sistemas Informáticos	556.60	521.30
VII		
Estagiário do 1º Ano a)	407.71	407.71
Estagiário do 2º Ano	472.50	472.50
Estagiário do 3º Ano	472.50	472.50



JORNAL OFICIAL

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	GRUPO A	GRUPO B
VII	Euros	Euros
Dactilógrafo do 1º Ano a)	407.71	407.71
Dactilógrafo do 2º Ano	472.50	472.50
Dactilógrafo do 3º Ano	472.50	472.50
Telefonista de 1ª Classe do 1º Ano	472.50	472.50
Anos Seguintes	467.16	467.16
Telefonista de 2ª Classe do 1º Ano	472.50	472.50
Anos Seguintes	480.97	480.97
Cobrador 1ª Classe, 1º Ano	538.96	538.96
Anos Seguintes	558.95	558.95
Cobrador 2ª Classe, 1º Ano	495.40	495.40
Anos Seguintes	514.24	514.24
Apontador	501.30	501.30
Recepcionista	501.30	501.30
Continuo/Cobrador	549.54	549.54
Continuo		
18 Anos	472.50	472.50
19 Anos	472.50	472.50
Mais de 20 Anos até 2 anos de Serviço	472.50	472.50
Continuo de 1ª Classe	480.12	480.12
Continuo de 2ª Classe	472.50	472.50
VIII		
Porteiro de Escritório/Guarda de Escritório	472.50	472.50
IX		
Servente de Limpeza	472.50	472.50



JORNAL OFICIAL

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	GRUPO A	GRUPO B
I	Euros	APÍTULO VI Euros
Gerente Comercial	724.88	662.51
Vendedor Encarregado	724.88	662.51
Vendedor Chefe de Secção	724.88	662.51
Chefe de Compras	724.88	662.51
Inspector de Vendas	724.88	662.51
Encarregado de Armazém	724.88	662.51
II		
Primeiro Vendedor	638.99	596.62
Prospector de Vendas ou Mercados	638.99	596.62
Técnico de Vendas/Vendedor Especializado	638.99	596.62
Vendedor Viajante	638.99	596.62
Promotor de Vendas	638.99	596.62
Vendedor de Praça	638.99	596.62
Técnico Manutenção-Infomática 1ª	638.99	596.62
III		
Segundo Vendedor	588.39	547.20
Conferente	588.39	547.20
Demonstrador	588.39	547.20
Técnico Manutenção-Infomática 2ª	588.39	547.20
IV		
Terceiro Vendedor	549.55	507.18
Operador de Máquinas	549.55	507.18
Propagandista	549.55	507.18
Fiel de Armazém	549.55	507.18
Costureira/Modista	549.55	507.18
Técnico Manutenção-Infomática 3ª	549.55	507.18
V		
Operador Encarregado de Super/Hipermercado	724.88	662.51
Op. Especializado de Super/Hipermercado	638.99	596.62
Operador de 1ª de Super/Hipermercado	588.39	547.20
Operador de 2ª de Super/Hipermercado	549.55	507.18
Operador Ajudante de Super/Hipermercado		
1º Ano	a) 366.79	366.79
2º Ano	472.50	472.50
3º Ano	472.50	472.50
VI		
Caixa	487.17	487.17



JORNAL OFICIAL

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	GRUPO A	GRUPO B
VII	Euros	Euros
Dactilógrafo do 1º Ano a)	407.71	407.71
Dactilógrafo do 2º Ano	472.50	472.50
Dactilógrafo do 3º Ano	472.50	472.50
Telefonista de 1ª Classe do 1º Ano	472.50	472.50
Anos Seguintes	480.97	467.16
Telefonista de 2ª Classe do 1º Ano	472.50	472.50
Anos Seguintes	472.50	480.97
Cobrador 1ª Classe, 1º Ano	538.96	538.96
Anos Seguintes	558.95	558.95
Cobrador 2ª Classe, 1º Ano	495.40	495.40
Anos Seguintes	514.24	514.24
Apontador	501.30	501.30
Recepcionista	501.30	501.30
Contínuo/Cobrador	549.54	549.54
Contínuo		
18 Anos	472.50	472.50
19 Anos	472.50	472.50
Mais de 20 Anos até 2 anos de Serviço	472.50	472.50
Contínuo de 1ª Classe	480.12	480.12
Contínuo de 2ª Classe	472.50	472.50
VIII		
Porteiro de Escritório/Guarda de Escritório	472.50	472.50
IX		
Servente de Limpeza	472.50	472.50

Estas Tabelas produzem os seus efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009.

a) Para ser aplicado a redução do Salário Mínimo Regional sempre que as circunstâncias correspondam ao disposto no artigo 275.º da Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro.

Este CCT abrangerá 584 trabalhadores sindicalizados e 864 empresas A Tabela Salarial e Cláusulas de expressão económica, vêm alterar a anteriormente publicada no *Jornal Oficial*, II Série, n.º 53, de 17 de Março de 2008.

ANEXO III

Organização e regulamento na prestação de provas para as costureiras

Artigo 1.º

A Comissão de Exame será constituída por um representante do Sindicato, um representante da Câmara do Comércio e um representante da Secretaria Regional da Educação e Cultura, que conduzirá as provas de exame de promoção.

Artigo 2.º

- 1 - Os exames realizar-se-ão duas vezes por ano, nos meses de Maio e Novembro.
- 2 - O requerimento para a prova de exame será feito pelo profissional interessado, devendo ser entregue no Sindicato.

**JORNAL OFICIAL****Artigo 3.º**

O Sindicato enviará uma cópia do requerimento para a entidade patronal, Câmara do Comércio e Secretaria Regional da Educação e Cultura, com a antecedência mínima de quinze dias da data do exame.

Artigo 4.º

São atribuições da Comissão de Exame:

- 1 - Elaborar listas de matéria para exame;
- 2 - Sancionar a escolha de locais e datas de exame;
- 3 - Elaborar e preparar as provas de exame;
- 4 - Organizar os processos individuais dos candidatos;
- 5 - Realizar os exames
- 6 - Assistir às diversas provas de exame;
- 7 - Atribuir as classificações da prova de exame;
- 8 - Decidir definitivamente de todos os recursos devidamente fundamentadas que lhe forem apresentados.

Artigo 5.º

O Candidato que tiver sido eliminado nas provas de exame poderá requerer novo exame no período de seis meses.

Artigo 6.º

A Comissão de Exame comunicará por escrito, o resultado do exame, à entidade patronal, Sindicato e Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Artigo 7.º

O Sindicato comunicará por sua vez, aos interessados os resultados das provas de exame.

Ponta Delgada, 13 de Maio de 2009.

Pela Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, *João Chaves de Faria e Castro*, Consultor Jurídico. Pelo SINDESCOM – Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo, Serviços e Correlativos da Região Autónoma dos Açores, *José Gonçalo Dias Botelho*, Presidente da Direcção e *José Maria Pereira Rego*, Secretário-Adjunto da Direcção.

Entrado em 27 de Maio de 2009.

**JORNAL OFICIAL**

Depositado na Direcção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor – Direcção de Serviços do Trabalho, em 28 de Maio de 2009, com o n.º 16, nos termos do artigo 494.º do Código do Trabalho.

D.R. DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DO CONSUMIDOR**Convenção Colectiva de Trabalho n.º 20/2009 de 15 de Junho de 2009****CCT entre a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e o Sindicato dos Transportes, Turismo e Outros Serviços das Ilhas de São Miguel e Santa Maria – Alteração à Constituição da Comissão Paritária.**

Nos termos da cláusula 96.^a do CCT entre a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e o Sindicato dos Transportes, Turismo e Outros Serviços das Ilhas de São Miguel e Santa Maria publicado no *Jornal Oficial*, IV Série, n.º 51, de 16 de Março de 2009, é alterada a Comissão Paritária constituída nos termos do *Jornal Oficial*, II Série, n.º 77, de 21 de Abril de 2008:

Em representação do Sindicato dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de São Miguel e Santa Maria:

- *Maria Helena Fontiela Figueiredo Paulino*, portadora do bilhete de identidade n.º 7798316;
- *Rui Fernando de Almeida Braga*, portador do bilhete de identidade n.º 09231754

D.R. DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DO CONSUMIDOR**Convenção Colectiva de Trabalho n.º 21/2009 de 15 de Junho de 2009****AE entre a AÇORTUR – Investimentos Turísticos dos Açores, SA e o Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços da Horta – Alteração salarial e outras.**

Alteração salarial e outras ao AE publicado no *Jornal Oficial*, II Série, n.º 62, de 31 de Março de 2008.



Cláusula 2.^a

Área e âmbito

- 1 - (...)
- 2 - O presente A.E. aplica-se a 60 trabalhadores.

Cláusula 57.^a

Remuneração em espécie

- 1 - (...)
- 2 - (...)
- 3 - Para os efeitos deste AE, o valor da alimentação, mensal é de 43,17 € (quarenta e três euros e dezassete cêntimos), o qual não será incluído nos vencimentos dos trabalhadores que usufruam das condições previstas no número anterior.
- 4 - (...)
- 5 - (...)
- 6 - (...)
- 7 - (...)
- 8 - (...)
- 9 - (...)

Cláusula 58.^a

Diuturnidades

- 1 - Os profissionais abrangidos pelo presente AE têm direito a uma diuturnidade no montante de 35,76 € (trinta e cinco euros e setenta e seis cêntimos), por cada cinco anos de serviço permanente na mesma entidade patronal até ao limite de cinco diuturnidades.
- 2 - (...).
- 3 - (...)



ANEXO II

Tabela salarial

DIRECÇÃO E CONTROLE:	
Director de Hotel	860,86 €
Sub – Director de Hotel	736,36 €
Assistente de Direcção	613,05 €
ECÓNOMATO:	
Ecónomo	545,44 €
Ajudante de Ecónomo	502,77 €
Dispenseiro/a	472,51 €
Controlador/a	502,77 €
RECEPÇÃO E PORTARIA:	
Chefe de recepção	610,06 €
Rececionista de 1. ^a	545,44 €
Rececionista de 2. ^a	502,77 €
Rececionista de 3. ^a	472,51 €
Praticante de recepção	472,50 €
Porteiro de 1. ^a	472,50 €
Porteiro de 2. ^a	472,50 €
Bagageiro	472,50 €
Mandarete	472,50 €
Telefonista	472,50 €
Guarda	472,50 €
ANDARES:	
Governanta do serv. de andares e limpeza	545,44 €
Encarregada do serv. de andares e limpeza ...	502,77 €
Empregada de Quartos	472,50 €
ROUPARIA E LAVANDARIA:	
Encarregada Rouparia/Lavandaria	511,06 €
Roupeiro/a Costureira/a	472,50 €
Lavadeira/Engomadeira	472,50 €
BAR:	
Chefe de Bar	610,06 €
Barman de 1. ^a	545,46 €
Barman de 2. ^a	502,77 €
Barman de 3. ^a	472,50 €
Praticante de Barman	472,50 €
MESA:	
Chefe de Mesa	610,08 €
Sub-Chefe de Mesa	560,27 €
Empregado de Mesa de 1. ^a	545,44 €
Empregado de Mesa de 2. ^a	502,77 €
Empregado de Mesa de 3. ^a	472,51 €
Praticante	472,50 €
ESCANÇÃO:	
Empregado de vinhos	472,51€
COZINHA:	
Chefe de Cozinha	610,08 €
Cozinheiro/a de 1. ^a	545,44 €
Cozinheiro/a de 2. ^a	502,77 €
Cozinheiro/a de 3. ^a	472,51 €
Ajudante de Cozinha	472,50 €



JORNAL OFICIAL

PASTELARIA:	
Pasteleiro/a de 1.ª	545,44 €
Pasteleiro/a de 2.ª	502,77 €
CAFETARIA:	
Cafeteiro/a de 1.ª	545,44 €
Cafeteiro/a de 2.ª	502,77 €
COPA:	
Copeiro/a	472,50 €
CALDEIRAS:	
Ajudante de Central	472,51 €
LIMPEZA:	
Empregado de limpeza	472,50 €
HORTICULTURA E JARDINAGEM:	
Horticultor	472,51 €
Jardineiro	472,50 €
DISCOTECA:	
Disco-Jockey	472,50 €
POLIVALENTE:	
Operário Polivalente	594,08 €
MENORES:	
Praticante e Aprendiz	472,50 €
ESCRITÓRIO:	
Chefe de Contabilidade	689,54 €
Escriturária de 1.ª	569,74 €
Secretária de Direcção/Administração	472,51 €

As presentes alterações entram em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009

Horta, 9 de Abril de 2009.

Pela AÇORTUR – Investimentos Turísticos dos Açores, SA, *José Manuel Brum Fontes*, Director e Procurador da Administração da AÇORTUR – Investimentos Turísticos SA. Pelo Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços da Horta, *Walter Murilo Lavrado*, Presidente do Sindicato e *Ana Isabel Resendes Pereira Melo*, Secretária da Direcção.

Entrado em 29 de Maio de 2009.

Depositado na Direcção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor – Direcção de Serviços do Trabalho, em 4 de Junho de 2009, com o n.º 17, nos termos do artigo 494.º do Código do Trabalho

**JORNAL OFICIAL****D.R. DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DO CONSUMIDOR**

Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem do Trabalho n.º 6/2009 de 15 de Junho de 2009

Alteração à Composição da Comissão de Conciliação e Arbitragem de Ponta Delgada, publicada no *Jornal Oficial*, IV Série, n.º 13, de 25 de Maio de 2006.

Em representação do Sindicato dos Transportes, Turismo e Outros Serviços das Ilhas de São Miguel e Santa Maria (Sector de transportes, oficinas de reparação e pintura, estações de serviço a postos de abastecimento de combustíveis, escolas de condução e aluguer de automóveis sem condutor).

Vogal Suplente:

José Carlos da Silva Cabral, agente único, residente na Rua Quarteiro, n.º 14, Feteiras – Ponta Delgada

S.R. DA SAÚDE

Despacho n.º 661/2009 de 15 de Junho de 2009

Considerando que a formação profissional é uma actividade fundamental para a qualificação do pessoal do Serviço Regional de Saúde e que o recrutamento dos formadores deve observar critérios que garantam a qualidade dos cursos ministrados.

Considerando que o Serviço Regional de Saúde deve pautar-se por práticas de rigor e usar critérios uniformes, nomeadamente no que respeita à determinação do valor de hora de formação.

Considerando que o valor anteriormente utilizado, está desadequado do valor pago por outros serviços públicos, o que dificulta o recrutamento de formadores qualificados.

Considerando que o artigo 13.º do Despacho Normativo n.º 79/2008, de 8 de Setembro, estabeleceu que o valor a pagar por hora de formação nas acções a efectuar pela Equipa de Formação da Saúde e pelos Núcleos de Formação, é fixado por despacho do Secretário Regional competente em matéria de saúde, determino:

- 1 - O valor a pagar por hora de formação nos cursos a efectuar pela Equipa de Formação da Saúde, bem como nos cursos a realizar pelos Núcleos de Formação das Unidades de Saúde é de 45,00€.

**JORNAL OFICIAL**

2 - Em situações excepcionais, relativamente aos cursos de especial complexidade ou nível de exigência elevado, o valor da hora de formação será autorizado caso a caso pelo Secretário Regional da Saúde.

7 de Abril de 2009. - O Secretário Regional da Saúde, *Miguel Fernandes Melo Sousa*.

INSTITUTO REGIONAL DE ORDENAMENTO AGRÁRIO, S. A.**Despacho n.º 662/2009 de 15 de Junho de 2009**

Considerando a pretensão do requerente Gil Botelho Cabral, portador do Bilhete de Identidade n.º 6341460, residente na Rua da Escola n.º 46, Lomba do Alcaide, freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, concelho da Povoação, de construir uma sala de ordenha e parque de alimentação, com área prevista de 52 m², no prédio sito aos Queirozes – Lomba do Alcaide, freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, concelho da Povoação, com o artigo matricial n.º 660, e com área de 5087 m².

Considerando que o requerente tem uma exploração com 50 vacas, e 93 alqueires.

Considerando o disposto nos artigos 8.º e 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A de 28 de Julho de 2008 que atribui ao IROA, S.A., as competências de confirmar as excepções previstas pelo mesmo diploma legal.

Assim, ao abrigo do disposto da alínea a), do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A de 28 de Julho, o IROA, S.A. determina:

1 - A confirmação da excepção, para a realização de obra com finalidade exclusivamente agrícola, que consiste na construção de uma sala de ordenha e parque de alimentação, no prédio rústico, incluído na Reserva Agrícola Regional, sito aos Queirozes – Lomba do Alcaide, freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, concelho da Povoação, com o artigo matricial n.º 660.

04 de Junho de 2009. - O Presidente do Conselho de Administração, *André Manuel Pereira de Viveiros*.

INSTITUTO REGIONAL DE ORDENAMENTO AGRÁRIO, S. A.**Despacho n.º 663/2009 de 15 de Junho de 2009**

Considerando a pretensão dos requerentes Valter Jorge Costa Oliveira Alves, portador do Bilhete de Identidade 11570172 e Marília Ferreira Medeiros Alves, portadora do Bilhete de Identidade 12421478, ambos residentes Rua Direita 1.ª Parte, n.º 14, freguesia da Ribeirinha,

**JORNAL OFICIAL**

concelho da Ribeira Grande, de construir uma moradia para habitação própria no prédio sito às Covas, freguesia da Ribeirinha, concelho da Ribeira Grande com artigo matricial n.º 41 – Secção B-1 e com área superior a 5000m².

Considerando que os requerentes apresentaram prova de não ter registado a seu nome qualquer imóvel;

Considerando o disposto nos artigos 8.º e 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A de 28 de Julho de 2008 que atribui ao IROA, as competências de confirmar as excepções previstas pelo mesmo diploma legal.

Assim, ao abrigo do disposto da alínea c), do n.º 1 do artigo 5.º e dos números 1 e 2 do artigo 6.º, ambos do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A de 28 de Julho, o IROA, S.A. determina:

1 - A confirmação da excepção, para a construção de uma moradia para habitação própria, permanente e exclusiva dos seus proprietários, no prédio rústico incluído na Reserva Agrícola Regional sito às Covas, freguesia da Ribeirinha, concelho da Ribeira Grande com artigo matricial n.º 41 – Secção B-1.

2 - A aplicação do ónus de inalienabilidade da habitação construída, por um período de 10 anos, que está sujeito a registo predial, sendo a responsabilidade da Câmara Municipal da Ribeira Grande que o referido ónus fique inscrito no alvará de utilização da moradia.

04 de Junho de 2009. - O Presidente do Conselho de Administração, *André Manuel Pereira de Viveiros*.

S.R. DO AMBIENTE E DO MAR**Despacho n.º 664/2009 de 15 de Junho de 2009**

A lei, atribuindo a um órgão a competência normal para a prática de determinados actos, permite no entanto que esse órgão delegue noutro parte dessa competência (artigo 35.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo).

Do ponto de vista da ciência da administração, a delegação de poderes é um instrumento de difusão do poder de decisão numa organização pública que repousa na iniciativa dos órgãos superiores desta.

Do ponto de vista do Direito Administrativo, a “*delegação de competências*” (ou “*delegação de poderes*”) é o acto pelo qual um órgão da Administração, normalmente competente para decidir em determinada matéria, permite de acordo com a lei, que outro órgão ou agente pratiquem actos administrativos sobre a mesma matéria.

**JORNAL OFICIAL**

Assim e considerando que se mostra necessário assegurar o normal funcionamento dos Serviços de Ambiente das Flores e Corvo no sentido de que sejam garantidos de forma eficaz a sua gestão interna e relacionamento com os diversos departamentos da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e desta com o exterior;

Considerando ainda que, nos termos da lei, a melhor forma de se alcançar esse objectivo é recorrer à figura jurídica da delegação de poderes;

Nos termos dos artigos 35.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, bem como nos termos do disposto na alínea *c*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2009/A, de 07 de Maio (que aprova o orçamento para o ano de 2009), conjugado com o disposto na alínea *d*) do n.º 1 e no 2.º do artigo 17.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/A, de 28 de Janeiro (que contém as disposições necessárias à execução do orçamento para 2008, mantido em vigor por força do n.º 1 do artigo 15.º, da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, que aprova o enquadramento do orçamento da Região), determino o seguinte:

1 - Delego, na Directora dos Serviços de Ambiente das Flores e Corvo, Licenciada Maria do Rosário Medeiros Botelho, competências para mandar proceder à análise de todos os processos que derem entrada, para parecer, nos Serviços de Ambiente das Flores e Corvo, bem como proceder ao despacho de encaminhamento dos mesmos.

2 - A competência agora delegada abrange ainda poderes de gestão corrente dos Serviços de Ambiente das Flores e Corvo, incluindo poderes para autorizar a realização de despesas com aquisição de bens e serviços dentro do orçamento de funcionamento até ao limite de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), assinar as folhas de despesa com pessoal do serviço relativamente aos vencimentos, ajudas de custo e horas extraordinárias, bem como visar documentos e folhas de despesas já autorizadas superiormente.

3 - Consideram-se ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes agora delegados, tenham sido entretanto praticados pela Directora dos Serviços de Ambiente das Flores e Corvo.

4 - É revogado o Despacho n.º 1315/2008, de 17/12/2008, publicado no *Jornal Oficial*, II série n.º 240, de 17/12/2008.

5 - O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

04 de Junho de 2009. - O Secretário Regional do Ambiente e do Mar, *José Gabriel do Álamo de Meneses*.

**S.R. DO AMBIENTE E DO MAR**

Despacho n.º 665/2009 de 15 de Junho de 2009

A lei, atribuindo a um órgão a competência normal para a prática de determinados actos, permite no entanto que esse órgão delegue noutra parte dessa competência (artigo 35.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo).

Do ponto de vista da ciência da administração, a delegação de poderes é um instrumento de difusão do poder de decisão numa organização pública que repousa na iniciativa dos órgãos superiores desta.

Do ponto de vista do Direito Administrativo, a “*delegação de competências*” (ou “*delegação de poderes*”) é o acto pelo qual um órgão da Administração, normalmente competente para decidir em determinada matéria, permite de acordo com a lei, que outro órgão ou agente pratiquem actos administrativos sobre a mesma matéria.

Assim e considerando que se mostra necessário assegurar o normal funcionamento dos Serviços de Ambiente de São Jorge no sentido de que sejam garantidos de forma eficaz a sua gestão interna e relacionamento com os diversos departamentos da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e desta com o exterior;

Considerando ainda que, nos termos da lei, a melhor forma de se alcançar esse objectivo é recorrer à figura jurídica da delegação de poderes;

Nos termos dos artigos 35.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, bem como nos termos do disposto na alínea *c*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2009/A, de 07 de Maio (que aprova o orçamento para o ano de 2009), conjugado com o disposto na alínea *d*) do n.º 1 e no 2.º do artigo 17.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/A, de 28 de Janeiro (que contém as disposições necessárias à execução do orçamento para 2008, mantido em vigor por força do n.º 1 do artigo 15.º, da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, que aprova o enquadramento do orçamento da Região), determino o seguinte:

1 - Delego, no Director dos Serviços de Ambiente de São Jorge, Licenciado Rui Miguel Vieira Sequeira, competências para mandar proceder à análise de todos os processos que derem entrada, para parecer, nos Serviços de Ambiente de São Jorge, bem como proceder ao despacho de encaminhamento dos mesmos.

2 - A competência agora delegada abrange ainda poderes de gestão corrente dos Serviços de Ambiente de São Jorge, incluindo poderes para autorizar a realização de despesas com aquisição de bens e serviços dentro do orçamento de funcionamento até ao limite de

**JORNAL OFICIAL**

€2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), assinar as folhas de despesa com pessoal do serviço relativamente aos vencimentos, ajudas de custo e horas extraordinárias, bem como visar documentos e folhas de despesas já autorizadas superiormente.

3 - Consideram-se ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes agora delegados, tenham sido entretanto praticados pelo Director dos Serviços de Ambiente de São Jorge.

4 - É revogado o Despacho n.º 1319/2008, de 16/08/2006, publicado no *Jornal Oficial*, II série n.º 240, de 17/12/2008.

5 - O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

04 de Junho de 2009. - O Secretário Regional do Ambiente e do Mar, *José Gabriel do Álamo de Meneses*.

S.R. DO AMBIENTE E DO MAR**Despacho n.º 666/2009 de 15 de Junho de 2009**

Por despacho do Secretário Regional do Ambiente e do Mar de 27 de Maio de 2009:

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento de utilização das viaturas da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Portaria n.º 41/97, de 19 de Junho, os veículos oficiais de serviço geral só poderão ser conduzidos por motoristas ou em casos devidamente fundamentados e mediante autorização expressa do dirigente máximo do serviço, por funcionários ou agentes que não tenham a categoria profissional de motoristas.

Considerando as atribuições dos Serviços de Ambiente do Pico, constantes no artigo 67.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2007/A, de 16 de Maio.

Considerando que do conteúdo funcional daquele serviço decorre regularmente a necessidade de deslocações em serviço oficial, sendo necessário o uso de viaturas dos serviços;

Considerando que os Serviços de Ambiente do Pico não dispõem de um assistente operacional para o desempenho de funções de motorista.

Assim, nos termos do disposto no artigo 8.º da Portaria n.º 41/97, de 19 de Junho 490/99, de 17 de Novembro, autorizo:

1 - José Carlos Goulart Machado, técnico superior dos Serviços de Ambiente do Pico da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, titular da carta de condução n.º H-19753 0, válida até 22/01/2027 a conduzir todas as viaturas deste Departamento Governamental, no exercício das suas funções.

05 de Junho de 2009. - A Chefe de Divisão, *Teresa Maria Escobar da Silva*.

**JORNAL OFICIAL****S.R. DO AMBIENTE E DO MAR**

Despacho n.º 667/2009 de 15 de Junho de 2009

Por despacho do Secretário Regional do Ambiente e do Mar de 27 de Maio de 2009:

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento de utilização das viaturas da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Portaria n.º 41/97, de 19 de Junho, os veículos oficiais de serviço geral só poderão ser conduzidos por motoristas ou em casos devidamente fundamentados e mediante autorização expressa do dirigente máximo do serviço, por funcionários ou agentes que não tenham a categoria profissional de motoristas.

Considerando as atribuições dos Serviços de Ambiente de São Jorge, constantes no artigo 67.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2007/A, de 16 de Maio.

Considerando que do conteúdo funcional daquele serviço decorre regularmente a necessidade de deslocações em serviço oficial, sendo necessário o uso de viaturas dos serviços;

Considerando que os Serviços de Ambiente de São Jorge não dispõem de um assistente operacional para o desempenho de funções de motorista.

Assim, nos termos do disposto no artigo 8.º da Portaria n.º 41/97, de 19 de Junho 490/99, de 17 de Novembro, autorizo:

1 - Rui Miguel Vieira Sequeira, técnico superior dos Serviços de Ambiente de São Jorge da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, titular da carta de condução n.º AN-32270 0, válida até 15/07/1942 a conduzir todas as viaturas deste Departamento Governamental, no exercício das suas funções.

2 - João Augusto do Rosário Silva Monteiro, vigilante da natureza dos Serviços de Ambiente de São Jorge da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, titular da carta de condução n.º NA-314070 4, válida até 14/06/2043 a conduzir todas as viaturas deste Departamento Governamental, no exercício das suas funções.

05 de Junho de 2009. A Chefe de Divisão, *Teresa Maria Escobar da Silva*.

S.R. DO AMBIENTE E DO MAR

Despacho n.º 668/2009 de 15 de Junho de 2009

Por despacho do Secretário Regional do Ambiente e do Mar de 27 de Maio de 2009:

**JORNAL OFICIAL**

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento de utilização das viaturas da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Portaria n.º 41/97, de 19 de Junho, os veículos oficiais de serviço geral só poderão ser conduzidos por motoristas ou em casos devidamente fundamentados e mediante autorização expressa do dirigente máximo do serviço, por funcionários ou agentes que não tenham a categoria profissional de motoristas.

Considerando as atribuições dos Serviços de Ambiente do Faial, constantes no artigo 67.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2007/A, de 16 de Maio.

Considerando que do conteúdo funcional daquele serviço decorre regularmente a necessidade de deslocações em serviço oficial, sendo necessário o uso de viaturas dos serviços;

Considerando que se torna impraticável a condução de viaturas por funcionários da Secretaria regional do Ambiente e do Mar com a categoria de motoristas, nas várias deslocações em serviço oficial dos funcionários do serviço.

Assim, nos termos do disposto no artigo 8.º da Portaria n.º 41/97, de 19 de Junho 490/99, de 17 de Novembro, autorizo:

1 - Victor Manuel Mendonça Frazão, técnico superior dos Serviços de Ambiente do Faial da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, titular da carta de condução n.º H-10751 6, válida até 11/05/2019, a conduzir todas as viaturas de categoria B deste departamento governamental, no exercício das suas funções.

2 - Isauro Garcia da Rosa Martins, Vigilante da Natureza dos Serviços de Ambiente do Faial da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, titular da carta de condução n.º H-17527 8, válida até 03/03/2019, a conduzir todas as viaturas de categoria B deste departamento governamental, no exercício das suas funções.

3 - Helder Renato da Silva Fraga, Vigilante da Natureza dos Serviços de Ambiente do Faial da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, titular da carta de condução n.º H-114033 1, válida até 05/09/2029, a conduzir todas as viaturas de categoria B deste departamento governamental, no exercício das suas funções.

4 - Mário Jorge Pinheiro da Silva, Vigilante da Natureza dos Serviços de Ambiente do Faial da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, titular da carta de condução n.º H-11744, válida até 30/08/2018, a conduzir todas as viaturas de categoria B deste departamento governamental, no exercício das suas funções.

5 - Dejalme Adalberto de Melo Garcia Vargas, Vigilante da Natureza dos Serviços de Ambiente do Faial da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, titular da carta de condução n.º H-13392 5, válida até 06/11/2020, a conduzir todas as viaturas de categoria B deste departamento governamental, no exercício das suas funções.

05 de Junho de 2009. - A Chefe de Divisão, *Teresa Maria Escobar da Silva*.

**JORNAL OFICIAL****D.R. DA ENERGIA**

Édito n.º 23/2009 de 15 de Junho de 2009

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do Artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936 e alterado pela Portaria n.º 344/89, de 13 de Maio, estará patente na Direcção de Serviços de Energia, sita em Ponta Delgada, na Rua do Mercado n.º 21 - R/c, e na Secretaria da Câmara Municipal de S. Roque do Pico, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, e pelo prazo de 15 dias, a contar da data da publicação deste édito no *Jornal Oficial*, o projecto apresentado pela Empresa Electricidade dos Açores - EDA, S.A., registado na D.R.E. com o n.º 30-6004/07 (2728/F), relativo ao estabelecimento da instalação designada por Aditamento - Remodelação 15/30 kV do Ramal e PT AS n.º 0074 - Canto da Areia, sita em Freguesia de Prainha, Concelho de S. Roque do Pico, Ilha do Pico. A instalação é constituída por um ramal aéreo de MT a 15 kV com 421 metros de comprimento, derivado do apoio 81A da linha MT a 30 kV São Roque - Piedade,

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser apresentadas, por escrito, na referida Direcção de Serviços, dentro do prazo citado.

5 de Junho de 2009. - O Director de Serviços de Energia, *Francisco Eduardo Tomé de Andrade*.

D.R. DO AMBIENTE

Extracto de Portaria n.º 170/2009 de 15 de Junho de 2009

Por portaria do Secretário Regional do Ambiente e do Mar de 28 de Maio de 2009:

Ao abrigo do disposto no Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2006/A, de 9 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2008/A, de 28 de Março, foi criado um incentivo financeiro para a manutenção da paisagem da cultura tradicional da vinha em currais da ilha do Pico no interior da área classificada como património mundial e zona tampão e, nos termos dos contratos celebrados com os beneficiários, manda o Governo Regional dos Açores, através da Secretária Regional do Ambiente e do Mar, o seguinte:

- 1 - Conceder os apoios financeiros, referentes ao terceiro pagamento anual, constantes da lista anexa à presente portaria, e que dela faz parte integrante, no montante global de 3 124,33 Euros, destinados à manutenção da paisagem da cultura da vinha do Pico em currais;



JORNAL OFICIAL

2 - Esta despesa será suportada pelas verbas inscritas no Programa 21 – Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental, Projecto 04 – Conservação da Natureza, Acção C – Regime de Incentivos à Paisagem Protegida da Vinha do Pico, C.E. 04.08.02 – Transferências Correntes – Famílias – Outras, do Plano de Investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar para o ano económico de 2009.

05 de Junho de 2009. - O Director Regional do Ambiente, *Frederico Abecasis David Cardigos*.

Apoios financeiros destinados à manutenção da paisagem da cultura da vinha do Pico em currais ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2006/A, de 9 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2008/A, de 28 de Março

Beneficiário	Morada	Concelho	NIF	Valor do Apoio (€)
Daria da Conceição Machado Santa Ana	R. Conselheiro Terra Pinheiro nº 6 – Angústias	9900 Horta	107775573	681,50
Maria Albertina Costa Dias	R. Cima nº 51 – Monte-Candelária	9950 Madalena	237111314	2.274,80
António Manuel Cordeiro Luis	Beco José Lourenço nº 6 – Criação Velha	9950 Madalena	175981329	168,03

D.R. DO AMBIENTE

Extracto de Portaria n.º 171/2009 de 15 de Junho de 2009

Por portaria do Secretário Regional do Ambiente e do Mar de 28 de Maio de 2009:

Ao abrigo do disposto no Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2006/A, de 9 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2008/A, de 28 de Março, foi criado um incentivo financeiro para a manutenção da paisagem da cultura tradicional da vinha em currais da ilha do Pico no interior da área classificada como património mundial e zona tampão e, nos termos dos contratos celebrados com os beneficiários, manda o Governo Regional dos Açores, através da Secretária Regional do Ambiente e do Mar, o seguinte:

1 - Conceder os apoios financeiros, referentes ao segundo pagamento anual, constantes da lista anexa à presente portaria, e que dela faz parte integrante, no montante global de 3 405,86 Euros, destinados à manutenção da paisagem da cultura da vinha do Pico em currais;

2 - Esta despesa será suportada pelas verbas inscritas no Programa 21 – Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental, Projecto 04 – Conservação da Natureza, Acção C – Regime de Incentivos à Paisagem Protegida da Vinha do Pico, C.E. 04.08.02 –



JORNAL OFICIAL

Transferências Correntes – Famílias – Outras, do Plano de Investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar para o ano económico de 2009.

05 de Junho de 2009. - O Director Regional do Ambiente, *Frederico Abecasis David Cardigos*.

Apoios financeiros destinados à manutenção da paisagem da cultura da vinha do Pico em currais ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2006/A, de 9 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2008/A, de 28 de Março

<i>Beneficiário</i>	<i>Morada</i>	<i>Concelho</i>	<i>NIF</i>	<i>Valor (€)</i>
Francisco Ferreira de Matos	R. Campinhos nº58 – Quinta do Gato – Santa Joana	33810 Aveiro	172429960	470,00
Rui Luis Fernandes Martins	R. Secretário Teles Bettencourt, Madalena	9950 Madalena	113556357	682,44
Sandra Maria Goulart Oliveira da Rosa	Rua de Baixo nº 4 – Cabeço do Chão	9950 Madalena	198966385	2.253,42

SUBSECRETÁRIO REGIONAL DAS PESCAS

Portaria n.º 401/2009 de 15 de Junho de 2009

Para atender a solicitações de pescadores que desejam modernizar embarcações e seus equipamentos, em ordem ao desenvolvimento do sector da pesca e, usando das faculdades consignadas no Estatuto Politico-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, manda o Governo Regional dos Açores, pelo Subsecretário Regional das Pescas, ao abrigo do disposto na Portaria n.º 67/96, de 10 de Outubro, publicada no *Jornal Oficial* n.º 41, I série, de 10 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 17/2005, de 17 de Março, publicada no *Jornal Oficial* n.º 11, I série, de 17 de Março, no âmbito da competência delegada através do Despacho n.º 119/2009, de 27 de Janeiro, publicado no *Jornal Oficial* n.º 18, II série, de 27 de Janeiro, o seguinte:

1 - Conceder ao pescador Carlos Alberto da Silva Sousa, residente no concelho da Horta, ilha do Faial, um subsídio a fundo perdido, no montante 6.022,49 €, destinado a apoiar a aquisição de duas máquinas de pesca, telefone motorola, máquina de água e grupo gerador, para a embarcação H-212-L “Pérola da Horta”.

2 - O subsídio agora atribuído será pago, por transferência bancária, directamente ao beneficiário, de acordo com o estipulado no número 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 67/96, de 10 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 17/2005, de 17 de Março.

**JORNAL OFICIAL**

3 - Esta despesa tem cabimento no Programa 11 - Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca, Projecto 11.03 - Frota, Acção 11.3.1 – Frota de Pesca, C. E. 08.08.02 - Transferências de Capital - Outras, do Plano de Investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar aprovado para o ano económico de 2008 em vigor transitoriamente para o ano de 2009.

21 de Maio de 2009. - O Subsecretário Regional das Pescas, *Marcelo Leal Pamplona*.

SUBSECRETÁRIO REGIONAL DAS PESCAS**Portaria n.º 402/2009 de 15 de Junho de 2009**

Considerando que a Portaria n.º 74/2008, de 26 de Agosto, criou na Região Autónoma dos Açores, um sistema de incentivos de apoio à pesca local e costeira.

Considerando que, por despacho de 24 de Abril de 2009, foi atribuído ao armador Mário Miguel Vieira Sebastião um apoio financeiro suplementar no montante de 18.450,00€, destinado à construção e motorização de uma nova embarcação.

Assim, manda o Governo Regional, pelo Subsecretário Regional das Pescas, ao abrigo do disposto no artigo 9.º da Portaria n.º 74/2008, de 26 de Agosto, no âmbito da competência delegada através do Despacho n.º 119/2009, de 27 de Janeiro, o seguinte:

1 - Conceder ao armador Mário Miguel Vieira Sebastião, residente no concelho da Ribeira Grande, ilha de S. Miguel, um incentivo a fundo perdido no valor de 18.450,00€, para participar nos custos de execução do projecto de renovação da frota regional através da construção de uma nova embarcação em madeira.

2 - Este incentivo será pago directamente ao armador Mário Miguel Vieira Sebastião, e tem cabimento no Programa 11 - Modernização das Infra-estruturas e da Actividade da Pesca, Projecto 11.3 – Frota, Acção 11.3.1 – Frota de Pesca, C.E. 08.08.02 – Transferências de Capital - Outras, do Plano de Investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar aprovado para o ano de 2008, em vigor transitoriamente para o ano de 2009.

26 de Maio de 2009. - O Subsecretário Regional das Pescas, *Marcelo Leal Pamplona*.

**JORNAL OFICIAL****EMPRESAS/ASSOCIAÇÕES**

Estatutos - Alteração n.º 2/2009 de 15 de Junho de 2009

ADELIAÇOR - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE ILHAS DOS AÇORES

No dia 29 de Janeiro de 2008, perante mim, Licenciada Maria do Céu Prieto da Rocha Peixoto Decq Mota, notária com Cartório Notarial sito na Rua da Conceição, n.º 8, r/c, na cidade da Horta, compareceram como outorgantes:

Orlando Lourenço da Rosa, casado, natural e residente na freguesia do Capelo, deste concelho, no Areeiro e Ângelo Manuel da Costa Duarte, casado, natural da freguesia da Conceição, desta cidade, onde reside, na Rua Ministro Ávila os quais outorgam, na qualidade de, respectivamente, presidente e tesoureiro, em representação da associação denominada ADELIAÇOR - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE ILHAS DOS AÇORES NIIPC 512040184 com sede no Pasteleiro, freguesia das Angústias, concelho da Horta.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal e a qualidade e poderes para este acto face a duas actas das quais adiante se arquiva pública-forma.

E disseram:

Que em reunião da assembleia geral da referida associação, realizada no dia dez de Dezembro de dois mil e cinco, foi deliberado por unanimidade dos presentes proceder à alteração do artigo terceiro dos seus estatutos, adicionando-lhe um ponto, com o número quatro e mantendo inalterado o restante.

Assim, em execução desta deliberação, pela presente escritura procedem à alteração do artigo terceiro dos estatutos da ADELIAÇOR - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE ILHAS DOS AÇORES declarando que o mesmo passa a ter o número quatro com a seguinte redacção:

4 - A ADELIAÇOR poderá participar no capital social de sociedades constituídas ou a constituir, sujeito à aprovação da assembleia geral.

Assim o outorgaram.

Arquivo:

Pública-forma da acta número 26 da assembleia geral atrás mencionada.

Pública-forma da acta número 30 da assembleia geral de 10 de Agosto de 2007 que elegeu os corpos sociais e pela qual comprovei a qualidade dos outorgantes.



JORNAL OFICIAL

Esta escritura foi lida e explicado o seu conteúdo em voz alta aos outorgantes na presença simultânea de ambos.

Orlando Lourenço da Rosa - Ângelo Manuel da Costa Duarte. - A Notária, Maria do Céu Prieto da Rocha Peixoto Decq Mota.